

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - TERCEIRA REUNIÃO REALIZADA  
NO DIA DEZANOVE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUINZE** -----

----- Aos primeiros dezanove dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, terceira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Nunes de Almeida Couto, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Manuel de Oliveira Duarte, Miguel Martins Agrochão, Romão da Conceição

Batuca Lavadinho, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Igor Boal Roçadas, Carla Rothes, Rosa Lourenço, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Paula da Silva Viseu, Luís Manuel Inês Cavaco, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Margarida Morais, João Diogo Santos Moura, Nelson Pinto Antunes e Luís Graça Gonçalves. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Margarida de Morais. -----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Rothes. -----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel de Oliveira Duarte.-----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- José Roque Alexandre (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Nuno Pintão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----

----- António Modesto Fernandes Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrochão.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- José Manuel Marques Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Araújo.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato a Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota (PS), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal Nuno Ferreira Pintão, durante o período de 180 dias, com início a 12 de julho de 2016, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, Carlos Castro, João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Jorge Máximo e Madalena Teixeira.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção inicial:-----

----- “Agradecia que tomassem os vossos lugares.-----

----- Estamos, já, na reta final dos nossos trabalhos desta parte, deste ano, letivo, diria eu, e vamos iniciar a centésima décima quinta reunião da Assembleia Municipal, só teremos mais uma antes das férias que será na próxima semana.-----

----- Senhores Deputados, nós, hoje, temos uma ordem de trabalhos bastante intensa, penso que para a semana será, ainda, mais intensa, eu, eventualmente, atrevia-me a propor-vos que para a semana iniciássemos os nossos trabalhos um pouco mais cedo, às catorze horas e trinta minutos, ao invés de ser às quinze horas, pois temos muitos pontos para ver, para a semana, e temos duas petições que exigem algum tempo mais para as pessoas exporem o seu problema. Portanto, eu pedia-vos isto, pois seria uma maneira de rentabilizarmos o nosso trabalho, e não se atrasar tanto depois na hora de encerramento.-----

----- De qualquer maneira, mandarei, depois, por *mail*, tudo confirmado, mas tomem já nota disto, para a semana poderíamos começar às catorze horas e trinta minutos, e temos duas petições para apreciar que já têm os seus pareceres prontos e que eu vou mandar distribuir e entregar aos peticionários, que é a petição do glifosato e a petição sobre a transferência de trabalhadores para o Entreposto. Estas duas estão prontas e são as que iremos analisar ainda, antes do verão.-----

----- Para hoje, temos um conjunto de documentos; um voto de pesar, várias moções, recomendações, e votos de saudação, como ninguém tomou essa iniciativa, tomo eu, espero que todos me acompanhem, Senhores Deputados e, ainda, antes de entrarmos nas intervenções do PAOD, eu iria convidar os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas que registássemos, aqui, um voto de saudação, mesmo em termos orais, um Voto de Saudação à Seleção Nacional de Hóquei em Patins, estamos em maré de grandes vitórias, campeões, há dezoito anos que não éramos, portanto, campeões europeus, campeões europeus de hóquei em patins, pelo que eu sugeria mesmo em termos orais e sem grandes considerandos, perguntar a Assembleia Municipal quem está contra um Voto de Saudação e Congratulação à Seleção Nacional de Hóquei em Patins pela sua brilhante vitória. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6IND. **O Voto de Saudação à Seleção Nacional de Hóquei em Patins que se sagrou Campeã da Europa foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Eu proponho que, assim como fizemos para outros casos, seja um aplauso, neste voto.-----

----- Muito bem, que será transmitido o voto às entidades a quem compete e, naturalmente, aos jogadores e ao treinador e à federação, e vamos então entrar na matéria do PAOD, hoje é uma sessão de continuação da sessão ordinária, porque tínhamos um ponto em atraso que é as contas consolidadas do município e, por essa razão, há a possibilidade de as forças políticas apresentarem moções e recomendações que o fizeram, temos quatro votos, duas moções e nove recomendações e, portanto, naturalmente, haverá pessoas inscritas e, ainda há o voto de pesar. Eu, talvez vos propusesse, antes de darmos início às intervenções do PAOD, pedir, aqui, a um dos Senhores Secretários da Mesa, Senhor Primeiro-secretário, se não se importa, que desse conhecimento do Voto de Pesar pelo Atentado Ocorrido em Nice.”-----

----- **O Senhor Primeiro-secretário, Rui Paulo Figueiredo,** fez a leitura do seguinte Voto de Pesar:-----

----- **Voto de Condenação e de Pesar nº 5/115 – Atentado Ocorrido em Nice – Apresentado pelo Grupo Municipal do PS:**-----

----- “*Na noite do passado dia 14 de julho, a França, a Europa e o Mundo foram surpreendidos por um terrível atentado ocorrido em Nice.*-----

----- *Vitimou 84 pessoas, de diferentes idades e nacionalidades, que só tinham um ponto em comum serem pessoas como qualquer um (a) de nós que estavam naquele local, naquele momento, e deixou mais de duas centenas de feridos.*-----

----- *O atentado atroz ocorrido em Nice soma-se, assim, a outros atentados ocorridos no passado recente, que, embora por distintos motivos, foram sempre contra a paz, a liberdade e a democracia.*-----

----- *Este atentado bárbaro obriga-nos a uma reflexão urgente sobre a forma de responder às múltiplas configurações do terrorismo, o que exige não só o combate às suas causas (políticas, económicas e sociais), mas igualmente a defesa e afirmação dos valores da liberdade e da democracia.*-----

----- Cada vez mais sem fronteiras, sem rostos (que não os das suas próprias vítimas) a ameaça terrorista configura um dos maiores desafios que se colocam à sociedade moderna, convocando-a, e a toda a sua energia, para uma contenda que terá sempre um e um só objetivo: a defesa intransigente dos valores do Estado de Direito Democrático. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária a 19 de julho, exprime a sua inequívoca e veemente condenação pelo atentado perpetrado em Nice e manifesta os sentimentos do seu profundo pesar às famílias das vítimas, às autoridades e ao povo francês.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, ouviram a leitura do **Voto de Pesar nº 5/115**, que a Mesa vai pôr à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 5/115** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos fazer um minuto de silêncio. -----

----- E agora, vou pedir ao Senhor 1º Secretário que faça a leitura do expediente.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa Rui Paulo Figueiredo**, fez a leitura integral do seguinte documento: -----

----- **RESUMO DE EXPEDIENTE** -----

----- **ENVIADO A ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- **INICIATIVAS DOS GRUPOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:** -----

----- **Grupo Parlamentar do PCP:** -----

----- 1. Agendamento Potestativo que se realizou no passado 30 de junho sobre o “Projeto de Lei nº 231/XIII que estabelece o Regime para a Reposição das Freguesias”. -----

----- **Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”:** -----

----- 2. Pergunta sobre o Hospital Pulido Valente, dirigida ao Governo através do Ministério da Saúde. -----

----- 3. Pergunta sobre a falta de condições na Escola Secundária Artística António Arroio dirigida ao Governo através do Ministério da Educação. -----

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- 4. **Assembleia Municipal de Almada** - Moção de Saudação e apoio à Artemrede – Associação Cultural Intermunicipal, pela iniciativa do Projeto de dinâmicas culturais, por si apresentado. -----

----- 5. **Assembleia Municipal de Loures** - Edital nº 19/2016 a dar conhecimento das deliberações tomadas na 3ª Sessão Extraordinária daquele órgão deliberativo. -----

----- 6. **Assembleia Municipal de Sesimbra** - Edital nº 101/2016 a dar conhecimento das deliberações da última Sessão Ordinária do passado dia 28 de junho. -----

----- **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA:** -----

----- 7. **Gabinete do vereador Manuel Salgado** – resposta ao pedido de informação sobre Requalificação do Largo de Santos solicitado pela Associação Lisboa Verde

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA:** -----

----- 8. **Assembleia de Freguesia do Lumiar** – Dá conhecimento dos documentos aprovados na sua Sessão de 28 de abril. -----

----- **JUNTAS DE FREGUESIA:** -----

----- 9. **Junta de Freguesia de São Vicente:** - Carta relativa à abolição de herbicidas aderindo assim ao manifesto “Autarquias sem Glifosato”. -----

----- 10. **Junta de Freguesia da Misericórdia:** Resposta ao Grupo de Cidadãos referente à Petição pelo fim imediato da utilização de herbicidas/glifosato em Lisboa. -

----- **ASSOCIAÇÕES:** -----

----- 11. **Fórum Cidadania Lx:** -----

----- 11.1 *E-mail* dirigido à CML – Diretora-geral do Património Cultural pedindo esclarecimento sobre a substituição dos placards publicitários por placards eletrónicos, no Cinema Tivoli;-----

----- 11.2 *E-mail* dirigido à CML – Gabinete do Presidente – Protestando contra destruição do Teatro Luiz de Camões/Belém Clube;-----

----- **MUNICÍPE:** -----

----- 12. Memorando intitulado “Aproveitamento das Ruínas Existentes no Subsolo na Construção do Parque de Estacionamento do Cambo das Cebolas em Lisboa” em que sugere uma metodologia de trabalho diferente do que está a decorrer nesse local.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Primeiro-secretário.-----

----- Informar, também, que este município que nos enviou esta informação sobre os trabalhos que estão a decorrer no Campo das Cebolas, é o Engenheiro Pompeu Santos que, muitas vezes, tem vindo, aqui, ao nosso microfone apresentar ideias e tem sido convidado, igualmente, para os nossos debates e, portanto, é de facto, uma pessoa que procura sempre dar os seus contributos.-----

----- Vamos, então, prosseguir com os nossos trabalhos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Pelo cumprimento da eliminação das barreiras arquitetónicas, também, na nossa cidade. -----

----- Os reflexos da política de direita, do Governo do PSD/CDS trouxeram, de forma particular, para as pessoas com deficiência, grandes dificuldades já não só as de mobilidade mas, também, outras dificuldades devido às carências económicas e sociais que leva a que não consigam aceder a um vasto conjunto de direitos fundamentais, como o direito a uma vida independente, ao exercício dos seus plenos direitos no domínio da saúde, reabilitação, o direito à educação e à cultura, ao desporto, à formação profissional, ao emprego e à participação, em igualdade, em todos os domínios da vida da sociedade. -----

----- No novo quadro político, importa ir mais longe na adoção de medidas que garantam passos positivos na resposta aos problemas mais sentidos pelas pessoas com

deficiência. São disso exemplo, as questões relacionadas com as acessibilidades que estão, há décadas, no centro das preocupações e reivindicações das associações do setor. -----

----- A verdade é que, no nosso país, o direito a uma vida autónoma, digna, independente ainda é negado a muitas pessoas com deficiência que, frequentemente, não conseguem mover-se dentro das suas cidades e aceder aos serviços públicos. -----

----- A legislação em vigor está prestes a atingir, em 2017, dez anos, o prazo que foi considerado para adaptar as construções antes de 1997. As exigências colocadas por este diploma estão longe de estarem concretizadas, o que continua a pôr em causa o acesso às pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, a edifícios públicos, dificultando, mesmo, a sua circulação na via pública.-----

----- Em fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou o Plano de Acessibilidade Pedonal que tinha entre os seus objetivos essenciais prevenir a criação de novas barreiras, promover a adaptação progressiva dos espaços e edifícios públicos já existentes, mobilizar a comunidade para a criação de uma cidade para todos, permitindo, desta forma, cumprimento, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, as suas obrigações legais em matéria de acessibilidade e de não discriminação das pessoas com deficiência. É caso para perguntar, quais foram os objetivos já atingidos por este plano que aprovámos, em boa hora, aqui, nesta Assembleia Municipal? Que grau de execução é que já tem? E como preveem chegar ao fim deste decénio, em 2017, cumprindo a legislação que está estabelecida? É a questão que dirigimos a todos, particularmente à Câmara, saber quando é que vai ser totalmente livre, mesmo às pessoas com limitação na mobilidade, totalmente, livre viver em Lisboa? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- O primeiro documento que Os Verdes apresentam é uma saudação “Às ações em defesa da Paz e contra a Cimeira da NATO em Varsóvia”, que nos recorda a Constituição da República Portuguesa e, em concreto, o seu Artigo 7º, onde está expresso que Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos.-----

----- A nossa Constituição, neste artigo alusivo às Relações Internacionais, remete-nos também para o desarmamento e a dissolução de blocos político-militares, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça. -----

----- Numa altura em que o mundo está cada vez mais militarizado e violento, é urgente uma nova realidade política e soluções pacíficas para a resolução de conflitos. E é neste contexto que Portugal deve ser um exemplo de um país que pode contribuir para a paz mundial, cumprindo os princípios inscritos na Carta das Nações Unidas, da qual é signatário, e os princípios consagrados na Constituição. -----

----- Acontece que nos dias 8 e 9 de Julho realizou-se a Cimeira da NATO, em Varsóvia, com o objetivo de aumentar a sua ação belicista.-----

----- A realidade mostra-nos que a NATO, pela sua ação direta ou indireta, é responsável por uma série de guerras, e Portugal, apesar dos princípios consagrados na Constituição, continua a ser membro desta Aliança.-----

----- O que Os Verdes pretendem, tendo presentes os princípios constitucionais que acabámos de referir, é saudar as ações realizadas em defesa da Paz e contra a Cimeira da NATO que ocorreram em Lisboa e noutros locais do país, reafirmando a Paz como condição essencial ao desenvolvimento, ao progresso e à justiça.-----

----- O segundo documento que trazemos à consideração da Assembleia Municipal é uma recomendação pela “Preservação e valorização dos chafarizes, fontanários, fontes e lagos da cidade de Lisboa”.-----

----- A água tem tido uma função importante na história de Lisboa e grande parte dos chafarizes, fontanários e outros géneros de fontes sempre desempenharam uma função vital para a cidade, pelo serviço essencial que desempenhavam no abastecimento público de água potável às populações, e por serem um veículo para a comunicação de diversas mensagens, de sociabilização e também de ornamento.-----

----- De facto, muitos destes elementos representam obras que exigiram grande esforço e recursos, sendo também motivo de celebração e memória desses feitos, convertendo-se em monumentos e continuando hoje a ser importantes equipamentos de promoção da imagem da cidade.-----

----- Atualmente, Lisboa possui uma diversidade de tipologias de chafarizes e fontanários que contribuem para a vitalidade, identidade e ornamento do próprio espaço público onde se inserem.-----

----- Perante isto, a proposta de Os Verdes é que estes elementos sejam preservados e mantidos em boas condições por serem um testemunho da nossa História, Cultura e Arte, propondo igualmente que a Câmara Municipal de Lisboa mantenha atualizadas a inventariação e a caracterização do património urbano disperso associado ao abastecimento de água potável na cidade de Lisboa.-----

----- Além disso, Os Verdes propõem ainda que a autarquia elabore um Roteiro dos Chafarizes, Fontanários e Fontes de Lisboa, em eventual parceria com outras entidades ligadas à gestão da água, como forma de valorizar este património e proceder à sua divulgação, designadamente, junto de agentes de turismo e instituições de ensino.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Caros Deputados, Caro Vice-presidente da Câmara, Presidente em exercício, Caros Vereadores, Caro Público.-----

----- Na cena do que tem sido a preocupação com mobilidade e segurança, que o CDS-PP tem manifestado através das recomendações e interpelações ao executivo camarário, efetuadas nos últimos meses e, ao longo do início deste ano, com especial enfoque à segurança escolar, hoje, trazemos à Assembleia um problema que ocorre,



diariamente, na Avenida Infante Dom Henrique, junto ao Colégio Cesário Verde. A inexistência de espaço para a largada e recolha de alunos que se deslocam em viatura particular, origina a ocupação de uma das três faixas viárias da referida Avenida, e o estacionamento abusivo em cima do passeio, por vezes, com duas filas lado a lado, dificultando, ou mesmo impedindo a circulação de peões, e constituindo um perigo para quem circula, além de dificultar, também, a fluidez do tráfego em hora de ponta. -

----- Importa, por isso, normalizar a circulação e a tomada e largada de passageiros, em cumprimento das normas de segurança, pelo que o CDS-PP solicita à Câmara que estude uma proposta de intervenção que contemple; o reordenamento do passeio, a criação de uma zona de largada e tomada de alunos, a colocação de sinalética informativa do equipamento escolar e a inclusão de estacionamento longitudinal no troço em apreço. -----

----- É mais um alerta que o CDS-PP deixa antes do início do próximo ano letivo, sugerindo soluções que possam garantir a segurança dos alunos, das suas famílias e dos munícipes, em geral.-----

----- Relativamente a outros documentos dizer, ainda, que o CDS-PP vai votar favoravelmente a Recomendação nº 2/115, do PCP, pelo cumprimento da eliminação das barreiras arquitetónicas previstas no decreto-lei 163/2006. Mais uma vez, e coerentemente, somos pela aplicação da lei e pelo cumprimento do Plano de Acessibilidades Pedonal que, não só votámos favoravelmente, como até elogiámos. O que não se percebe muito bem e o teor do discurso inflamado contra PSD e CDS. que consta nos considerandos. A saber, o decreto-lei foi implementado em 2006, por um governo do Partido Socialista, e há uma década que são os Senhores que o afirmam no documento, não somos nós, não é cumprido por uma Câmara do Partido Socialista e, portanto, achamos que é completamente despropositado evocar o nome do CDS-PP, pelo que, o PCP devia ser mais rigoroso e menos panfletário partidário nos considerandos que evoca.-----

----- Por fim, Senhora Presidente, ainda, com chumbo da esquerda na especialidade, a criminalização do abandono e maus tratos a idosos, proposto pelo CDS-PP na Assembleia da República, quando somos confrontados com um plano de incentivos à adoção de animais por idosos, proposto, hoje, pelo PAN. Não sabemos a preocupação do PAN é com os animais, retirar o maior número de animais dos canis face à extinção dos canis de abate, ou com os idosos combatendo o isolamento? Penso que ambos. -----

----- Nós no CDS-PP, ao longo destes últimos quarenta e dois anos e, hoje, celebramos esses quarenta e dois anos, sempre nos afirmámos como um partido Humanista e, portanto, sabemos quais são as nossas prioridades a cada momento. -----

----- Assim, manifesto o meu incómodo ao observar uma esquerda que criminaliza o abandono dos animais, e se mostra insensível perante o abandono dos idosos. Mas vamos à recomendação, parece-nos que, a mesma, carece de fundamentação e de estudos que a suportem. O PAN diz que pretende ajudar idosos com dificuldade de locomoção e com problemas financeiros. Da leitura da recomendação, como se garante o bem-estar do animal no que concerne a passeios, necessidades fisiológicas e

cuidados mínimos. Quanto à questão financeira, como se garante que o idoso poderá suportar o custo com a alimentação destes animais, e a sua desbaratização? -----

----- Quanto à futura proposta para casas lares e de repouso, importa refletir, também, sobre a legislação em vigor referente às condições de salubridade, nestes estabelecimentos, e a compatibilidade com a presença de animais. E nesta matéria de lares, deixo uma sugestão que passe pela criação de um programa de terapia com animais para idosos, aliás, já implementado por algumas organizações de animais, e que leva cães para adoção a lares e casas de repouso com o intuito de incentivar os idosos à mobilidade, exercício físico de rotina e para um aumento da sua autoestima e da sua confiança. -----

----- Mas voltando ao texto da recomendação apresentada pelo PAN, é afirmado que a Câmara reduziria custos com a alimentação, mas já foram avaliados os custos que irão aumentar com a deslocação dos serviços de cirurgia e de atos veterinários correntes? Sabe se a Câmara tem recursos humanos disponíveis e em número mínimo, para este efeito? Parece que estamos a falar de uma duplicação, ou triplicação, de custos e não diminuição, ou racionalização destes. Ainda assim, não são disponibilizados dados na recomendação que nos apresentam e, portanto, não podemos avaliar de forma clara. ---

----- Em suma, o objetivo de combater o isolamento dos idosos através da adoção de animais de estimação é positiva e com provas dadas dos seus resultados e, aliás, basta ver noutros concelhos, outros programas, muito diferentes daquele que, aqui, hoje é proposto pelo PAN, que foram implementados com uma elevada taxa de sucesso, mas contudo há vários fatores que o PAN não avalia, ou fundamenta, nesta recomendação e, portanto, que a viciam. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Senhora Presidente, Secretários, Caro Senhor Presidente, Vereadores, Deputados e Deputadas e Caríssimos Cidadãos e Cidadãs presentes na sala, para além de nós. -----

----- Esta saudação é uma saudação, particularmente, a quem lutou, ao longo do tempo, por esta alteração que é uma alteração paradigmática e profunda. Como o BE aponta, e muito bem, à gente dos bairros de Lisboa, também a todos os partidos que se envolveram nisto, profundamente, acreditamos que esta nova lei acrescenta cidadania, de facto, nós temos todos os mesmos deveres mas, devemos ter todos, os mesmos direitos e é disto que nós falamos todos, quem provou. -----

----- No fundo, o direito a uma certa equidade, a uma certa... -----

----- Tenho pouco tempo, e vou partilhar o tempo de antena com o meu companheiro Sandro. -----

----- Dizer-vos, apenas, que por uma questão de justiça, penso que devemos, aqui, saudar uma cidadã de Lisboa, não presente, neste momento, mas fica a saudação que dirigiu este grupo de trabalho e que cerziu todas estas pontas, que eram muitas e variadas, a história faz-se de grandes momentos. -----

----- O PCP adentou a isto, o Bloco, também, o PS, também, e a Helena Roseta de facto, cerziu em nome do grupo de trabalho e, portanto, fazer esse agradecimento.-----

----- Por fim, citar e alterar, permitam-me, uma frase que eu gosto muito de Fernando Pessoa, “*Tenho em mim todos os sonhos do mundo*”, eu acho que nós, através desta lei podemos dizer, também, temos em nós alguns sonhos da cidade.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- O Partido Socialista, nesta sessão da Assembleia Municipal, e através desta intervenção, gostaria de expressar o seu sentido de voto relativamente a alguns dos documentos apresentados no período antes da ordem do dia. E, nesse sentido, iniciaria por me referir a uma intervenção que, certamente, e só por lapso, ou por descuido, é que o Senhor Deputado Diogo Moura, que me antecedeu, fez acerca da questão do abandono de idosos, e de talhe de foice, precisamente, acerca do abandono de animais colocou, em cima da mesa, a tentativa da responsabilização de um, ou de outro partido, acerca do abandono de idosos.-----

----- Eu acho que esta é uma questão demasiado séria, é uma questão suprapartidária, e não deve ser tratada à laia do abandono de animais, o abandono de idoso e portanto, certamente que, no momento oportuno poderemos vir a discutir essa matéria, mas não em sede de um à parte de uma moção, ou de uma recomendação, do PAN, ou de outra qualquer força política, sobre o abandono de animais, porque os idosos merecem um bocadinho mais do nosso respeito e, certamente, não foi isso que veio aqui fazer. Mas era só para que isso ficasse bem esclarecido, que nós não aceitamos a crítica que nos tentou fazer.-----

----- Relativamente àquelas que são as posições de voto do Partido Socialista, nós começaríamos por de nos referir à Recomendação nº 9, do Bloco de Esquerda, sobre o processo participativo sobre o Jardim do Caracol da Penha. E dizer que, relativamente ao Jardim do Caracol da Penha, e como é sabido, um jardim que está abandonado há mais de quarenta anos, é um jardim que foi, agora, e começa, agora, a ser intervencionado e onde o projeto, em causa, contempla um abate de árvores, é certo, mas controlado, onde existe no projeto, uma creche, um parque infantil, é certo que, também, existem lugares de estacionamento, mas que tanta falta fazem na freguesia, para os moradores, para os residentes, no local, existe um passeio pedonal entre as freguesias que ligam e que são adjacentes ao Jardim do Caracol da Penha e, portanto, naturalmente que, nós não vamos acompanhar o Bloco de Esquerda, nesta matéria, e que felizmente que bem anda a Câmara, e que bem, finalmente, que existe esta obra para os fregueses, para os residentes da cidade, destas áreas, que tanta falta faz que esta obra, finalmente, arranque, porque há tantos anos que estava ao abandono e, por isso, naturalmente, não podemos estar de acordo e não votaremos, não acompanharemos o Bloco de Esquerda, nesta recomendação, e votaremos contra.-----

----- Relativamente à Recomendação nº 8, do PEV, relativamente à preservação e valorização dos chafarizes e fontanários, fontes e lados da Cidade de Lisboa. Neste

ponto, o Partido Socialista votará favoravelmente, mas, no entanto, votaremos favoravelmente, mas não gostaríamos de deixar de dizer, eu deixei, aqui, na Mesa, aquilo que está no site da Câmara Municipal que é uma lista dos lagos e fontanários, deve ser, exatamente, essa, Senhor Deputado, aquela onde constam todos os chafarizes e lagos da Cidade de Lisboa, e se clicarmos em cima de cada um deles, depois, aparecerá uma breve descrição, como um registo fotográfico, com a localização, o mapa de cada um deles, portanto, parte daquilo que o PEV, aqui, nos vem pedir, já está contemplado. -----

----- No entanto, o Partido Socialista reconhece que a manutenção deste espaço é essencial e, por isso, naturalmente, votaremos favoravelmente esta recomendação. ----

----- A Recomendação nº 5, do CDS-PP, relativamente à solução de mobilidade e de segurança junto ao Colégio Cesário Verde, nós não podemos acompanhar o CDS-PP, uma vez que estas obras já estão licenciadas pela Câmara Municipal, licenciadas ao privado, precisamente, para a construção de um parque automóvel que venha regularizar o transporte e a recolha dos estudantes, desse colégio, e, por isso, naturalmente, não acompanharemos a recomendação do CDS-PP. -----

----- Relativamente ao Voto nº 2, do Bloco de Esquerda, a saudação pela libertação dos ativistas angolanos, obviamente, o Partido Socialista votará favoravelmente, e não deixamos de nos congratular com aquilo que é nosso entender, foi já manifestado, nesta assembleia, que voltamos a fazer, é visto como, agora, também, por parte do Bloco de Esquerda, um reconhecimento do funcionamento daquilo que são as instituições de um Estado de Direito e que, efetivamente, um Estado de Direito funciona lá como cá, felizmente, para todos nós, para os cidadãos, para as garantias e liberdades individuais e, por isso, o Partido Socialista votará favoravelmente. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente, Senhores Deputados, Imprensa. -----

----- A proposta que o PAN, hoje, apresenta a recomendação relativamente à adoção de animais e à companhia que estes podem fazer às pessoas idosas, creio que deveria ser completamente incontroversa, aparentemente, este não é o caso. -----

----- Creio que, por alguma razão, promover a adoção de animais de uma forma inteligente é algo questionável. Pelos vistos, ter animais a fazer companhia a pessoas idosas, também, é questionável, e as duas juntas, também, é questionável. Eu não consigo perceber a lógica disto até pelo seguinte; quando nós temos centenas ou milhares de animais por todo o país em que existe a necessidade de promover a sua adoção, não conseguimos entender, porque é que não se facilitam todos os meios para que essas adoções resultem. -----

----- Não me parece, nada de mais, que possa haver uma sinergia entre os executivos municipais, neste caso, a Câmara Municipal de Lisboa e a adoção, fazendo com que, junto dos idosos, junto dos lares que não tenham a capacidade financeira para isso, a Câmara possa promover um apoio a que, nomeadamente, os serviços médicos

veterinários sejam compartilhados. Uma vez que temos uma política do não abate no município, qual é a diferença entre promover a saúde dos animais que estão num canil algures, ou promover a saúde dos animais que estão a fazer companhia a pessoas idosas? -----

---- Portanto, acho que temos que olhar para esta questão de uma forma inteligente, e essa forma inteligente é colocarmo-nos numa situação em que todos ganhem a começar pelos idosos, e passando pelos animais. -----

----- Portanto, eu gostava que pudessem olhar para esta questão de uma forma diferente. Além disso, a nossa proposta é gradual, é uma proposta que, mediante os resultados que possam ser obtidos com pessoas individuais, possa, depois, espalhar-se pela cidade em relação a lares de idosos. Portanto, é uma proposta gradual que de radical não tem nada, quando muito, radical em termos de compaixão para com as pessoas de idade e com os animais. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Viemos, aqui, hoje, propor a criação de um provedor dos peões e dos ciclistas, medida que consideramos ser necessária e urgente porque, em Lisboa, verifica-se, ainda, uma violação demasiado frequente dos direitos dos peões e dos ciclistas e porque em Lisboa, a sinistralidade rodoviária provoca, ainda, o número de vítimas mortais e feridos graves inaceitável com elevados prejuízos sociais e humanos. -----

----- Sendo evidentes as enormes vantagens dos chamados modos ativos é crucial harmonizar os objetivos e iniciativas da autarquia com as sensibilidades expectativas da população, porque espera-se que a utilização da bicicleta seja potenciada nos próximos tempos com o desenvolvimento do sistema público de bicicletas partilhadas e da rede municipal de ciclovias, mas também porque a Polícia Municipal terá proximamente o papel acrescido na regulação e fiscalização do trânsito. Também, porque o controlo municipal dos transportes de Lisboa abre perspetivas positivas para a promoção do transporte público, nomeadamente, ao nível da *multi* e da intermodalidade e, também, porque o impacto do plano de acessibilidade pedonal em execução poderá ser potenciado pela criação de um elemento mediador que contribua de forma relevante para a melhoria das condições de mobilidade, em particular, para os mais idosos e para os cidadãos portadores de deficiência. -----

----- Para as funções de provedor poderá assumir-se como agente as sugestões informações alertas e reclamações, ou contribuir, por exemplo, para a adoção de comportamentos responsáveis por parte dos utentes da rodovia. -----

----- E porque acreditamos ser fundamental alterar a cultura de cidadania rodoviária nas nossas cidades que se manifesta também através dos por maiores, não propomos a criação de um provedor dos utilizadores vulneráveis, denominação com que a lei, atualmente, refere os peões e ciclistas. Quem é que quer ser utilizador vulnerável e deixar ir os seus filhos para a escola a pé, ou de bicicleta quando esta opção o torna vulnerável? Nós não somos vulneráveis, somos utilizadores prioritários e gostaríamos

de evocar o exemplo do professor Costa Lobo que foi, também, Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana, eleito em Lisboa, em 1994 e 1998, num cargo criado pelo Presidente Jorge Sampaio, infelizmente, entretanto, extinto, mas que esperamos, com o exemplo, os poderá e deverá orientar no esforço de aproximar eleitos e eleitores. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta minha curta, curtíssima, intervenção no PAOD, é para levantar uma questão que não está nas nossas recomendações, mas que é um ponto importante que é noticiado, notícia publicada de um plano de encerramento das esquadras que continuaria em vigor. Também, em Lisboa, é previsível, ou está previsto haver mais oito esquadras a encerrar. -----

----- Pela pertinência e urgência do tema, aqui vamos trazer isto ao PAOD, perguntando, claramente, o que fazer, o que vai fazer o Município de Lisboa, ou pensa fazer, para esclarecer esta situação, se é verdade, ou não, que o plano de encerramento continua em marcha e o que pensa fazer, caso ele continue, para o combater e contrariar, como tinha feito no passado. -----

----- Por isso, nós somos contra o encerramento das esquadras, em Lisboa, e todas as notícias mesmo que sejam exploratórias, ou provocatórias, merecem uma resposta. Aguardamos que ela seja dada não só pelo Município de Lisboa, mas também pelo Governo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Camaradas e Amigos. -----

----- Temos várias iniciativas, mas primeiro, tenho de reagir à intervenção do Deputado Manuel Lage, do PS, relativamente a esta nossa recomendação sobre o Jardim do Caracol da Penha e, nós achamos muito bem que haja uma intervenção, estava, de facto, há quarenta anos abandonado, mas e nós não fazemos a recomendação contra um projeto, ou sequer para fazer alterações específicas ao projeto, ou louvar o projeto, nós simplesmente dizemos aquilo que uma petição de cidadãos da freguesia já fez, ultrapassando o limite mínimo de duzentas e cinquenta assinaturas, já vão nas mil assinaturas, por isso, deveriam ser ouvidos, que é incluir a população local na definição do projeto em si. -----

----- Eu relembro que cada vez que há obras relevantes sobre vias, carros e que incluam carros e estacionamento, foi imediatamente, o Executivo vai imediatamente ouvir o ACP, mas, quando há alterações importantes em jardins que os cidadãos querem participar, o Executivo, não inclui, e não os vai ouvir. Que eu me lembre, é o Executivo campeão do Orçamento Participativo. Eu percebo que já arrancaram o processo, já estão os serviços camarários em andamento, mas houve três obras em Lisboa, em que o poder executivo decidiu conscientemente, ouvir os residentes,

perante as obras já em curso, para rever algum ponto, detalhe, que os cidadãos achem, até porque o projeto pode melhorar. Não percebo, por isso, este sentido de voto do Partido Socialista, acho que votar contra ouvir os cidadãos é sempre má solução. -----

----- Saúdo a presença do Diretor Executivo do *CheckpointLx* que faz um trabalho meritório e reconhecido internacionalmente, já com 7500 testes feitos em três anos e duzentos e setenta e sete casos positivos detetados. -----

----- Incompreensivelmente, o anterior Governo cortou o financiamento, o atual executivo camarário fez um apoio com prazo de um ano e, tendo em conta a trabalho louvável da associação, julgamos que deverá ser considerado o seu reforço. -----

----- Sobre a libertação dos ativistas angolanos, novamente, Senhor Deputado Manuel Lage, no dia vinte e nove de junho, o Conselho de Ministros de Angola, do Governo Angolano, para além de libertar, manteve a pena, ou seja, eles continuam a ser criminosos por ter lido um livro, e nenhum Estado de Direito tem presos políticos. -----

----- Amanhã, vai haver uma amnistia aprovada pelo Parlamento Angolano e, é de reparar que os juizes não admitiram que o processo estava errado, não houve um perdão oficial a um processo de perseguição política, houve uma amnistia porque aquele regime de podridão autoritária não quer reconhecer que está errado. -----

----- São presos políticos ainda bem que foram libertados, espero bem que não volte a acontecer jovens serem presos por lerem livros, mas, realmente, é uma posição incompreensível da parte do Partido Socialista, novamente, ainda bem que vão votar a favor. Achamos muito bem. -----

----- Por último, trazemos um voto sobre as sanções que a Europa se prepara a fazer a Portugal, amanhã mesmo, a Comissão Europeia vai fazer a sua primeira reunião para decidir, exatamente, que sanções serão feitas, serão aplicadas a Portugal pelo défice de Maria Luís Albuquerque. -----

----- Hoje, mesmo, vinte economistas vieram a público fazer declarações sobre a hipótese das sanções, economistas alemães, franceses, ingleses, norte-americanos, portugueses, também. Em geral, todos acham, obviamente, irracional, mas entre outras considerações, apelidaram as sanções de um absurdo, uma estupidez, uma charada, houve duas faltas de inteligência e várias ausências de racionalidade. E, de facto, é sobre o défice de Maria Luís Albuquerque, mas vão aplicar ao atual Governo, então só pode ser sobre a execução do primeiro trimestre, e a execução do primeiro trimestre está dois pontos abaixo da execução de Maria Luís Albuquerque, em 2015. --

----- Por isso, o que se passa não é uma irracionalidade, é uma racionalidade da austeridade, da podridão europeia que invade, que ataca, países soberanos que querem uma política alternativa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, terminámos as intervenções do PAOD, vamos, agora, proceder às votações. -----

----- A Mesa informa que a Recomendação nº 3/115, do PCP, que era sobre os Bombeiros Voluntários de campo de Ourique, foi retirado por o assunto estar ultrapassado, e vamos votar por ordem, já votámos o Voto de Pesar, e vamos começar com os votos: -----

----- **Voto de Saudação nº 1/115 – Às Ações Em Defesa da Paz e Contra a Cimeira da NATO Em Varsóvia, apresentado pelo PEV.** -----

----- (O Voto nº 1/115 fica anexado à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT e PNP, abstenções da Presidente da AML e do PAN, votos a favor do PCP, BE, PEV e 6IND. O Voto nº 1/115 foi **rejeitado**. -----

----- **Voto de Saudação nº 2/115 – Libertação dos Ativistas Angolanos, apresentado pelo BE.** -----

----- (O Voto nº 2/115 fica anexado à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. O Voto nº 2/115 foi **aprovado por maioria**. -----

----- O CDS-PP afirma que irá apresentar uma Declaração de Voto. -----

----- (Declaração de Voto apresentada pelo CDS-PP): -----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram favoravelmente o voto em epígrafe, sem que o mesmo constitua uma ingerência nos assuntos internos de um Estado soberano, como é o de Angola.* -----

----- *Como partido humanista manifestamos contentamento ao tomar conhecimento da decisão do Estado angolano em outorgar a liberdade a um grupo de cidadãos que se encontravam detidos.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Vamos, agora, para o Voto nº 3/115. -----

----- **Voto de Saudação nº 3/115 – Pela Aprovação do Novo Regime da Renda Apoiada, apresentado pelo BE.** -----

----- (O Voto de Saudação nº 3/115 fica anexado à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. O Voto de Saudação nº 3/115 foi **aprovado por maioria**. -----

----- **Voto de Saudação nº 4/115 – Nova Lei da Renda Apoiada, apresentado pelos Deputados Municipais Independentes.** -----

----- (O Voto de Saudação nº 4/115 fica anexado à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. O Voto de Saudação nº 4/115 foi **aprovado por maioria**. -----

----- **Voto de Condenação e de Pesar nº 5/115 – Pelo Atentado Ocorrido em Nice, apresentado pelo PS.** -----

----- (O Voto de Condenação e de Pesar nº 5/115 fica anexado à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----



----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. O **Voto de Condenação e de Pesar nº 5/115** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos, agora, passar às moções. -----

----- **Moção nº 1/115 – Saudação do Trabalho Desenvolvido pelo Checkpoint Lx, apresentado pelo BE.**-----

----- (A **Moção nº 1/115** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Moção nº 1/115** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Moção nº 2/115 – Sanções Ao País, apresentado pelo BE.**-----

----- (A **Moção nº 2/115** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Moção nº 2/115** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Recomendação nº 2/115 – Pelo Cumprimento da Eliminação das Barreiras Arquitetónicas Previstas Pelo Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, apresentada pelo PCP.**-----

----- (A **Recomendação nº 2/115** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação nº 2/115** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação nº 4/115**, uma vez que a **Recomendação nº 3/115** foi retirada.-----

----- **Recomendação nº 4/115 – Espaço Público – Freguesias da Penha de Franca e de São Vicente, apresentada pelo PCP.**-----

----- (A **Recomendação nº 4/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação nº 4/115** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Recomendação nº 5/115 – Por Uma Solução de Mobilidade e de Segurança Junto Ao Colégio Cesário Verde, apresentada pelo CDS-PP.**-----

----- (A **Recomendação nº 5/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS, abstenções de 6IND e do PNP, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. A **Recomendação nº 5/115** foi **rejeitada**.-----

----- **Recomendação nº 6/115 – Implementação De Um Plano De Incentivos À Adoção De Animais De Companhia Para Adultos Com Mais De 65 Anos, apresentada pelo PAN.**-----

----- (A **Recomendação nº 6/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- Votos contra do PS, CDS-PP, PNPB e 2IND, abstenção do PCP, BE, PEV, MPT e 1IND, votos a favor do PSD, PAN e 2IND. A **Recomendação nº 6/115** foi **rejeitada**. -----

----- O CDS-PP afirma que irá apresentar uma Declaração de Voto.” -----

----- (Declaração de Voto apresentada pelo CDS-PP): -----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que que votaram contra a Recomendação em epígrafe por considerar que: -----

----- Numa altura em que ainda ecoa o chumbo da esquerda à criminalização do abandono e maus tratos a idosos, proposto pelo CDS na AR, somos confrontados com um plano de incentivos à adoção de animais por idosos, proposto hoje pelo PAN. -----

----- A recomendação apresentada levanta várias questões de operacionalização, às quais o PAN não fundamenta nem soube fundamentar durante o debate e após as dúvidas levantadas pelo CDS, nomeadamente: -----

----- O PAN diz que pretende ajudar idosos com dificuldade de locomoção e financeiras. Partindo do princípio defendido pelo proponente no que concerne à mobilidade dos idosos, como se garante o bem-estar animal no que concerne a passeios, necessidades fisiológicas e cuidados mínimos? -----

----- Relativamente à questão financeira, como se garante que o idoso possa suportar o custo com a alimentação destes animais e a sua desparasitação? -----

----- Quanto à futura proposta para casas e lares e de repouso, importa refletir sobre a legislação em vigor referente às condições de salubridade nesses estabelecimentos e a compatibilidade com a presença de animais. -----

----- O PAN afirma que a CML reduziria custos com alimentação mas já avaliou os custos que irá aumentar com a deslocação de serviços camarários para a realização de atos cirúrgicos e veterinários correntes? -----

----- Sabe se a CML tem recursos humanos disponíveis e em número mínimo para o efeito que garanta a sua exequibilidade? -----

----- Está estudada a relação de custos entre esta diminuição de custos com alimentação versus aumento de custos com assistência? -----

----- Face ao exposto, o CDS entende que a principal crítica à recomendação do PAN prende-se com o facto de carecer de fundamentação e de estudos que a suportem. -----

----- Em suma, o objetivo de combater o isolamento de idosos através da adoção de animais de estimação é positiva e com provas dadas dos resultados em programas alavancados noutros concelhos (embora com operacionalização muito distinta da proposta e com custos reduzidos), mas há vários fatores que o PAN não avalia ou fundamenta e que viciam esta recomendação. -----

----- O processo de adoção de animais residentes em canis e gatis e respetivas campanhas de sensibilização deve ser uma matéria consensual entre as forças políticas e assente numa estratégia clara e sustentada, pelo que o CDS estará sempre disponível para defender medidas que garantam o bem-estar dos animais, a sua reinserção na sociedade e o apoio à população mais vulnerável e isolada através dos

*programas já existentes, no reforço dos mesmos mas também em novas propostas que cumpram as premissas anteriormente referidas.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos passar à **Recomendação nº 7/115**.-----

----- **Recomendação nº 7/115 – Instalação de Dispositivos de Redução de Velocidade na Zona da Praça Paiva Couceiro, apresentada pelo PAN.**-----

----- (A **Recomendação nº 7/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenções do PS, PCP, PEV, PNPN e 6IND, votos a favor do PSD, BE, CDS-PP, MPT e PAN. A **Recomendação nº 7/115** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Recomendação nº 8/115 – Preservação e Valorização dos Chafarizes, Fontanários, Fontes e Lagos da Cidade de Lisboa, apresentada pelo PEV.**-----

----- (A **Recomendação nº 8/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A **Recomendação nº 8/115** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Recomendação nº 9/115 – Por Um Processo Participativo Sobre o Jardim do Caracol da Penha, apresentada pelo BE.**-----

----- (A **Recomendação nº 9/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS e PNPN, abstenções do PSD, PCP, CDS-PP e 4IND, votos a favor do BE, PEV e 2IND. A **Recomendação nº 9/115** foi **rejeitada**.-----

----- **Recomendação nº 10/115 – Provedor Municipal dos Peões e Ciclistas, apresentada pelos Deputados Municipais Independentes.**-----

----- (A **Recomendação nº 10/115** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 10/115** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Terminámos o PAOD e vamos entrar, agora, na nossa ordem de trabalhos.-----

----- Temos a primeira questão à consideração, é a **Proposta nº 299/2016**, o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2015 Consolidadas do Município de Lisboa, e tem a palavra o Senhor Vereador das Finanças para fazer uma apresentação da proposta.-----

----- Os Senhores Deputados estão lembrados, que eu já tinha avisado aqui na Assembleia, que o Senhor Presidente da Câmara, esta semana e a próxima, se encontra de férias, e que tinha ficado articulado que ele tinha vindo na semana anterior para responder às questões, e nesta seria o Senhor Vereador a apresentar a proposita.-----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor Vereador.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 299/CM/2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2015 CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E DO Nº 2, DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2XGRELHA-BASE 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 299/CM/2016** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante). -

----- (**Intervenção em PowerPoint** do Vereador João Paulo Saraiva fica anexada à presente Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Enquanto colocamos, aqui, a apresentação. -----

----- Boa tarde a todos, novamente, estamos, aqui, hoje, para nos debruçarmos e apreciarmos as contas consolidadas do universo municipal de 2015. -----

----- Eu, antes de mais, recordava que universo municipal, aquilo a que nós, de momento, chamamos universo municipal consolidado, é constituído pela Câmara Municipal e pelas quatro empresas municipais; a EGEAC, a EMEL, a GEBALIS e a SRU Ocidental, estamos a falar de um universo que tem oito mil quinhentos e trinta e cinco trabalhadores, dos quais, como é evidente, em toda esta consolidação, o peso do município é esmagador e, portanto, digamos, que tira expressividade àquilo que é a importância e a expressão dos números passa a ser muito relativa, quer ao nível de trabalhadores, quer ao nível daquilo que nos traz, aqui, hoje, que é a consolidação das contas de 2015. -----

----- Dar só uma noção de que o Município de Lisboa não é caso único, aliás, fica longe, como se pode apreciar por aqui, de outros municípios, relativamente à empresarialização e, portanto, àquilo que são outras formas de organização, nomeadamente, as empresas municipais que é aquilo que releva, aqui, para esta consolidação, e eu referenciava só que o Porto, Cascais e Braga têm cinco empresas municipais e têm, como é evidente, muito menor número de municípios que é o que releva, aqui, na primeira coluna, e as áreas de intervenção também são diferenciadas. Admito que, aliás, é plano do município vir a reforçar esta expressão daquilo que são outras formas de nos organizarmos, nomeadamente, com a criação dos serviços municipais de higiene urbana, mas equacionando, desde logo, encontrar formas que racionalizem e deem maior eficácia, eficiência e qualidade do serviço prestado aos municípios na sua própria organização. -----

----- Só para mostrar que não somos, de facto, muito diferentes e desse ponto de vista, ainda, estamos aquém de outras instituições. -----

----- Dizer, também, que todas as empresas cumprem os requisitos legais e têm resultados positivos, quer seja ao nível do Código das Sociedades Comerciais, quer seja ao nível do Regime Jurídico das Atividades Empresarial e participações sociais das entidades públicas. Isto é relevante, não foi sempre assim, fizemos um esforço para aqui chegar e parece-me relevante, neste momento, saudar os Conselhos de Administração das Empresas Municipais que de uma forma empenhada, conseguiram chegar de forma sustentável, até aqui, isso importa saudar e relevar por parte de todos os órgãos municipais. -----

----- Aqui para a Gebalis e para a SRU Ocidental, o mesmo panorama, todos os indicadores cumpridos.-----

----- Como, também, eu disse, digamos, do ponto de vista do ativo e do passivo, a relevância percentual daquilo que é o balanço consolidado do universo municipal é de 96, no caso do ativo para o município, conta aos restantes 4%, e de 93, no caso do passivo. -----

----- Estas são, é o balanço consolidado, temos um crescimento do total do ativo, temos um crescimento dos fundos próprios e temos o crescimento do total do passivo que, aliás, em linha com o Município de Lisboa, como aliás, também, é evidente, pela representatividade e pelo próprio peso do município. -----

----- Isto é relevante, essencialmente, pelas tendências, temos uma tendência sistemática de reforço do ativo, de reforço dos fundos próprios e de diminuição do passivo. -----

----- Quanto à demonstração de resultados consolidada, ela também espelha uma redução dos custos e perdas, um crescimento dos proveitos e ganhos, e um crescimento do resultado líquido. -----

----- Mas importava, aqui, agora, dar nota, dado que estamos em julho de 2016, dar nota, dizia eu, daquilo que tem sido a evolução a partir destas contas, para que todos possamos acompanhar e ficarmos tranquilos com aquilo que é a evolução das contas do município. Então, muito rapidamente, eu gostava de vos mostrar algo que nos orgulha e que dá cumprimento àquilo que foi decidido pelos órgãos municipais, nomeadamente, o incremento do investimento no Município de Lisboa, no ano 2016, e anos seguintes, que está bem espelhado, quer no crescimento dos cabimentos, se compararmos o primeiro semestre de 2016, com todo o ano de 2015, nós já quase que cabimentámos tanto em meio ano como em todo o ano 2015, e estamos muito próximo dos 90% relativamente aos compromissos, o que, mostra bem, a dinâmica, a eficácia e a eficiência da estrutura municipal na capacidade de dar cumprimento àquilo que são os objetivos aprovados nos órgãos municipais. -----

----- Por outro lado, também, a comparação no investimento que é aquilo que, digamos, mais releva e aqui a comparação, então, é ainda mais esmagadora. -----

----- Relativamente aos cabimentos, comparando o primeiro semestre de 2016, com todo o ano 2015, crescemos e 158% e, portanto, já ultrapassámos largamente aquilo que foram os cabimentos do ano anterior e a capacidade, também, de comprometer recursos municipais, cresceu de forma a que temos 142% de crescimento, em meio ano.-----

----- Os compromissos de investimento plurianual, ou seja, o crescimento de 16 e, também, compromissos futuros que, aliás, têm vindo a esta Assembleia e tem sido digamos neste fórum que eles têm sido aprovados, não só estamos a desenvolver aquilo que é o plano que nos comprometemos com os munícipes de Lisboa, como estamos a preparar o futuro daquilo que é o investimento municipal, como, aliás, tem de ser em qualquer organização que tem a estrutura e o *modus operandi* de uma organização pública com a importância do Município de Lisboa.-----

----- Nota de indicadores, aqui, mais uma vez, eu tenho que saudar a capacidade que o Município de Lisboa tem tido, e os seus trabalhadores, e os seus dirigentes, de executar a política de acordo com aquilo que são os indicadores, as metas que temos definido, orgulhamo-nos da forma como isto tem acontecido e com os resultados alcançados. Ao fim dos primeiros seis meses, conseguimos manter o prazo médio de pagamento nos três dias, ao fim dos primeiros seis meses conseguimos diminuir o passivo total do município, em 57,5 milhões de euros, ao fim de seis meses de 2016, com todo aquele investimento e com toda aquela capacidade de execução, que demonstrámos ali. A dívida legal a fornecedores mantivemo-la em linha, 3,6 a 3,7 milhões de euros, estamos a falar de dívida técnica, enquanto está a ser avaliada e comparada com aquilo que foi encomendado. A dívida legal diminuiu 22 milhões de euros em seis meses, e a margem de endividamento cresceu 17,8 milhões de euros. ----

----- Este mapa é um mapa que traduz confiança, é um mapa que dá confiança a todos aqueles que se relacionam connosco, e é muito importante que sobre este tipo de indicadores que são certificados pelos nossos auditores, não exista a mínima dúvida quem as tiver faça o favor de as colocar, porque nós temos tido uma melhor performance que do ponto de vista de custos, nomeadamente, e da relação com os nossos fornecedores, nos meios a vários, nomeadamente, os financeiros, porque estes indicadores dão confiança, porque nós temos conseguido alcançar os resultados que aqui ficam claros. -----

----- Estes indicadores, depois, refletem-se na autonomia financeira que cresce na solvabilidade que cresce, e os proveitos e ganhos, já agora, para fazermos uma avaliação, também, daquilo que é a demonstração de resultados, aos seis meses, os proveitos e ganhos crescem, os custos e perdas, evidentemente que, também, crescem, porque estamos a falar de um ciclo de investimento, mas o resultado líquido continua claramente, positivo e, portanto, esta é a cabal demonstração de que as finanças municipais continuam de boa saúde, com boas perspectivas de futuro e é esse o caminho que vamos trilhar, investir mais, fazer mais investimento público naquilo que é fundamental para a cidade, ainda assim, com sustentabilidade e mantendo o caminho e o rumo vem sendo trilhado ao longos dos últimos anos. -----

----- As empresas municipais todas em linha connosco, estamos a conseguir que os resultados sejam positivos, também, a seis meses, e isso, também, demonstra o equilíbrio e a boa gestão tem sido praticada nas empresas municipais. Isto tem sido conseguido, e mais uma vez, repito, contra ventos e marés, como a melhor política tributária da Área Metropolitana de Lisboa, não temos honorados munícipes, temos aproveitado aquela que é um ciclo de confiança, nomeadamente, no setor imobiliário,

através da cobrança de IMT que nos tem permitido ter os resultados que, aqui, estão apresentados. Isso é muitíssimo relevante, escusam de escamotear esta verdade, porque é só comparar, basta comparar IMI, IRS e as taxas várias, as diferentes tarifas de saneamento, resíduos urbanos, para conseguir atingir estes resultados, é relativamente fácil, não é algo que seja, que tenha uma grande subjetividade.-----

----- O que nós, também, temos conseguido, isto é demonstrado por toda a abordagem, que outras instituições fazem, sobre a cidade de Lisboa e o município de Lisboa, é que a cidade de Lisboa está, por exemplo, neste ranking, há três anos consecutivos no primeiro lugar, como a cidade com o *brand* mais importante. E, também, já agora, do ponto de vista do posicionamento internacional naquilo que é o ranking para a Europa das tendências emergentes no setor imobiliário, Lisboa está em sétimo lugar, é porque os investidores confiam em Lisboa e acreditam que, investir em Lisboa é um bom investimento. -----

----- No índice de confiança do Financial Times, estamos em quinto lugar para as cidades do Sul da Europa. -----

----- Para terminar, gostava só de sublinhar e, de alguma maneira, respondendo a alguns arautos da desgraça e do caos, sobre a cidade de Lisboa, que não existem obras faraónicas na cidade de Lisboa, as obras que existem na Cidade de Lisboa correspondem um plano, sufragado pelos munícipes e que têm toda a necessidade, quer do ponto de vista daquilo que são os seus efeitos diretos, quer daquilo que são os seus efeitos indiretos, no emprego, na economia e nas empresas. -----

----- Sim, nós não estamos a reestruturar a rede viária, nós estamos a investir no espaço público para as pessoas, mantendo aquilo que era urgente e que era necessário à cidade manter, mas não estamos a olhar de forma enviesada para a cidade como se ela fosse dominada pelos veículos, a cidade tem que ser dominada pelos peões, os veículos têm que existir, com certeza, mas os peões são, digamos, que o nosso foco e a nossa prioridade. -----

----- Também, tranquilizar aqueles que levantam dúvidas, pensámos bem na estrutura financeira dos projetos, pensámos bem, está claro, pelos números, não preciso de justificar mais. -----

----- A Câmara vai ficar crivada de dívidas? Não. É evidente que não. Estamos a diminuir a dívida. Não é legítimo dizer o que alguns *opinion makers*, nomeadamente, ligados à direita, que têm tentado passar na comunicação social, de que estaríamos a endividarmo-nos. É falso. Estamos a desendividarmo-nos, estamos a diminuir a dívida da cidade de Lisboa, ao mesmo tempo que temos este novo ciclo de investimento. É evidente, também, que estamos a falar de confiança, já mostrámos, ali no *ranking*, que assim é. Este ciclo é um ciclo sustentável, induz e alavanca mais emprego, mais e melhor emprego, mais dinâmica empresarial e mais investimento. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Regedor (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, o Senhor Presidente não está, Excelentíssimos Membros do Executivo, Deputados Municipais, Senhoras e Senhores. -----

----- Relativamente às Demonstrações Financeiras Consolidadas para 2015, elas vão na sequência do que já foi dito, aqui, nesta Assembleia, portanto, dão-nos tranquilidade. -----

----- O universo municipal revela sustentabilidade económica e saúde financeira. O equilíbrio das contas é importante, mas não é um fim em si mesmo, ele é um instrumento que dá ao município capacidade de investimento para cumprir a missão que lhe está confiada. -----

----- Financeiramente, já tivemos ocasião, nesta Assembleia, de constatar que os prazos médios de pagamentos a fornecedores foram, drasticamente, encurtados, isso já foi falado, portanto, é uma medida que saudamos. -----

----- Os pagamos de subsídios e apoios às diversas instituições, esperamos que, também, sigam esta tendência de encurtamento de prazos de pagamento, uma vez que muitas destas associações e entidades têm pequena dimensão e, portanto, estruturas fragilizadas e com muita dificuldade em avançar com os seus projetos sem a disponibilidade de tesouraria necessária. -----

----- O equilíbrio das contas é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento económico, social e cultural que pretendemos para a nossa cidade. ---

----- A aposta nas pessoas é um ponto fundamental da política deste executivo e, também, de uma política de esquerda que este defende. Destacamos, algumas, iniciativas como o Programa das Lojas com História, tão importante para a identidade cultural da nossa cidade. Chamamos, também, a atenção para a abertura da Casa dos Direitos Sociais, uma iniciativa de louvar, o sucesso do Programa Bip Zip, as Festas de Lisboa, organizadas pelo município que decorreram este ano, no mês de Junho, a Marcha LGBT e o desfile são iniciativas da festa da diversidade de 2016, na Ribeira das Naus, organizados pela Câmara de Lisboa e pela EGEAC em parceria com diversas entidades, como o SOS Racismo, o Conselho Portugueses para os Refugiados, o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania, entre outras. Esta festa culminou com o simplismo de uma dança, onde várias culturas se cruzam e se tocam. É esta a minha cidade, uma cidade cosmopolita, integradora, integradora dos imigrantes, dos refugiados, de todos os cidadãos. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Caros Colegas. -----

----- O Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2015, integra, para além das contas municipais, as das empresas cujo capital é integralmente detido pelo município, a EMEL, a EGEAC, a Gebalis e a SRU Ocidental. -----

----- Sobre as contas do município, já tivemos a oportunidade, no momento próprio, de as debater, de esgrimir, no fundo, argumentos e penso que, pese embora as



diferenças de posicionamento político e as divergências que, naturalmente, subsistem neste tipo de debates, creio que resultou claro, nesse mesmo debate, que a situação financeira das contas do município é boa, é positiva, é satisfatória, e tem permitido um conjunto de ações e um conjunto de realizações das quais eu destacaria o quadro fiscal para as famílias, que o Senhor Vereador teve a oportunidade de referir na sua intervenção e, também, o conjunto vasto e variado de intervenções que estão a decorrer um pouco sobre toda a cidade. Como dizia o Senhor Presidente com propriedade, e eu subscrevo, integralmente, essa afirmação, “*são as melhores contas da década*”, efetivamente, há dez anos aquilo que nós discutíamos, aqui, nesta Assembleia, era a exiguidade das verbas para fazer o mínimo de investimento que fosse na cidade. E hoje, dez anos depois, a grande queixa que temos por parte de algumas forças da oposição, é precisamente a profusão e a quantidade de obras que decorrem, simultaneamente, portanto, temos aqui uma mudança, absolutamente, decisiva de paradigma, e que eu não podia deixar, aqui, de salientar. -----

----- Relativamente às empresas públicas municipais, detidas pelo município, muito brevemente, queria fazer, enfim, uma referência que é a seguinte; é que cada uma delas reúne, hoje, condições financeiras e a saúde financeira necessária ao prosseguimento da sua atividade. Creio que é, para todos nós, relativamente, evidente que a EMEL pela sua situação financeira se encontra em condições de ser uma peça absolutamente decisiva na política de mobilidade na autarquia. Creio, Senhora Presidente, que a EGEAC pela sua situação financeira satisfatória está hoje em melhores condições do que esteve no passado para prosseguir a sua intervenção, enquanto entidade gestora de equipamentos culturais da cidade. Creio, Senhora Presidente, que a Gebalis pelos dados financeiros que conhecemos está, hoje, em muito melhores condições de prosseguir a sua importante intervenção em matéria de habitação e em matéria de política social, na nossa cidade. E creio, por último, Senhora Presidente, que a SRU Ocidental está, hoje, também ela, pelos dados que aqui conhecemos, os dados financeiros, em muito boas condições para prosseguir a sua relevantíssima intervenção em matéria de requalificação de uma parte tão importante da cidade, e que eu, por ser morador e autarca nessa região, tão bem conheço. -----

----- Em suma, Senhor Presidente, eu diria que há dez anos atrás, em 2006, o que sucedia é que, as péssimas, ou muito más, contas do município, consolidavam empresas igualmente em má situação, igualmente, em má condição que agravavam cada um dos indicadores, já de si negativos, da Câmara. E hoje, volvidos dez anos, a umas contas satisfatórias, a umas contas em boa forma, digamos, assim somamos um conjunto de empresas que contribuem, ainda mais, para o reforço da situação satisfatória. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Na discussão da proposta nº 299/CM/2016, Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2015, Consolidados do Município de Lisboa, apenas referir umas breves notas da apreciação que o PCP faz sobre a mesma.-----

----- Tal como é referido na introdução do relatório, o mesmo visa dar cumprimento a obrigação legal. Este Relatório agrega e resume os relatórios individuais da Câmara Municipal e das empresas municipais. Apenas trata das questões financeiras, não havendo quaisquer referências sobre as atividades, propriamente ditas, como, aliás, é de lei e portanto, não teria que haver.-----

----- A consolidação das contas (espelhada nas demonstrações financeiras) não é mais do que a soma aritmética das contas das diferentes entidades individuais, retirando-se as relações intragrupo, isto é, não se consideram os saldos entre as diversas entidades, que se anulam entre si.-----

----- Deste modo, este relatório nada acrescenta em relação aos relatórios individuais, pelo que o PCP irá votar contra, em coerência com as votações anteriores dos relatórios Individuais.-----

----- Deve salientar-se, mais uma vez, que o problema principal não são as contas (que são apenas um meio), mas sim as orientações estratégicas e as prioridades definidas pela maioria, para a utilização dos recursos financeiros.-----

----- Como dissemos, aqui no Plenário, na Assembleia Municipal, aquando da discussão do relatório e contas, os documentos apresentados mostram bem o bom estado das contas da Câmara, mas não nos permitem ter uma visão clara e objetiva das políticas que o município desenvolveu, ou pretende desenvolver, em 2016, em relação à cidade. Daí, o nosso voto contra esta proposta, proposta nº 299/2016.-----

----- De qualquer forma, eu aproveito para, uma vez que assistimos, aqui, a uma apresentação do Senhor Vereador das Finanças, Senhor Vereador João Paulo Saraiva, sobre as taxas de execução do primeiro semestre, elevadas, elevadíssimas, e o Senhor Vereador faz uma comparação com 2015, o que muito nos apraz, embora, eu deva dizer que, realmente, e dissemo-lo isso aqui também, quando discutimos o relatório, uma vez que as taxas de execução de 2015, foram tão baixas, eu penso que, agora, estarmos a dizer que as de 2016 já suplantaram as de 2015, não é propriamente uma situação, é uma questão muito positiva para a Câmara, mas apraz-me, realmente, saber que a taxa de execução, em 2016, vai ser realmente muito superior à de 2015, era uma das críticas que o PCP fez, e continuará a fazer se a situação se mantiver.-----

----- Também temos um bocado a certeza que, em 2017, por esta altura, quando tivermos a discutir relatório de contas consolidadas que, eventualmente, vamos ter taxas de execução ainda muito superiores às que, neste momento, nos são apresentadas em relação a 2016.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- A Mesa não regista mais pedidos de inscrição, a Câmara também não pede a palavra, portanto, a Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 299/CM/2016**.-----

----- Senhores Deputados, esta proposta tem dois pontos, o primeiro é a aprovação do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o segundo é a submissão disto à Assembleia Municipal. Portanto, o segundo ponto nós não precisamos de o votar, naturalmente, porque é apenas da Câmara. -----

----- Pedia a vossa atenção, vamos então votar o **Ponto 1 da Proposta nº 299/CM/2016**, votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV e MPT, abstenção do PAN, votos a favor do PS, PNPB e 6IND. O **Ponto 1 da Proposta nº 299/CM/2016** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Terminámos este ponto da nossa ordem de trabalhos, e vamos passar para as questões do aditamento.-----

----- Senhores Deputados, tenho que vos dar uma informação sobre esta proposta de alterações ao regimento. Esta proposta requer a votação nominal, mas há várias propostas de alteração na especialidade, apresentadas por vários partidos, que não colheram o consenso de todos e que tem que ser votadas. O entendimento que fizemos em Conferência de Representantes e do qual vos quero dar nota, é o seguinte: nós vamos fazer as votações das propostas todas que cada um apresentou, como habitualmente, sem ser com votação nominal, são propostas de especialidade, se forem aprovadas, elas terão que ser incorporadas na redação final, no texto consolidado e, portanto, depois só vamos à votação nominal, o texto consolidado porque senão tínhamos que estar a fazer, aqui, uma sessão de votações nominais que não seria nada prático.-----

----- Portanto, vamos estar com atenção, destas propostas de alteração, ver as que têm maioria, e as que podem não ter, as que tiverem maioria são, automaticamente integradas no texto principal, portanto, eu vou pôr o texto aqui, na minha frente, para poder acompanhar isto, melhor. -----

----- Nas propostas de alteração ao regimento, pergunto antes de pôr à votação, naturalmente, pode haver inscrições neste ponto. O PEV está-se a inscrever para este ponto, e tem, desde já, a palavra. E o PCP, também. -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 004/PAM/2016 – ALTERAÇÕES AO REGIMENTO, COM NOVOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS E ANALISADOS EM SEDE DE CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 97º DO REGIMENTO; TEXTO FINAL REQUER APROVAÇÃO POR VOTAÇÃO NOMINAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 004/PAM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Verdes aproveitam o facto de estar agendada uma proposta de alteração a alguns artigos do Regimento, para apresentarem, também, algumas propostas. -----

----- Quanto ao nº 3, dos artigos 42º e 43º, Os Verdes propõem, de modo a agilizar as tarefas dos Grupos Municipais, que o prazo para a indicação dos “temas das

perguntas” seja alterado para quarta-feira. Atualmente, o prazo é terça-feira, e a proposta da mesa é que passe a ser segunda-feira. -----

----- Antecipar a indicação de temas de uma terça-feira, ou quarta-feira, para uma segunda-feira, véspera de reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, como é proposta da mesa, é muito mais penoso para os Grupos Municipais, pois, por essa altura, estamos todos ainda a concluir os trabalhos para o dia seguinte. Poder-nos-ão argumentar: mas porque não entregam as perguntas com mais dias ou semanas de antecedência, tal como foi sugerido pelo Sr. Vice-Presidente na Conferência de Representantes? A questão é óbvia: a Assembleia Municipal deixaria de abordar temas candentes e atualizados para os munícipes. Mesmo assim, com a nossa proposta, o executivo saberá com antecedência de quase uma semana quais os temas das perguntas. -----

----- Quanto ao artigo 75º, propomos acrescentar dois novos pontos porque convém salvaguardar, no Regimento, que os deputados municipais participam numa reunião de uma comissão para apreciar um relatório ou parecer tendo tido conhecimento prévio do mesmo e não em cima da hora. Ou seja, para uma análise conscienciosa e de qualidade dos documentos, que é o que se pretende, estes devem ser divulgados atempadamente. Tomemos um exemplo real, sucedido recentemente, numa das Comissões que se iniciava às dezoito horas. O parecer, para ser analisado pelos membros dessa Comissão, apenas foi remetido às dezoito horas e oito minutos, ou seja, já com a reunião a decorrer. Não sendo caso único, torna-se surreal para os Grupos Municipais que pretendam analisar os relatórios com um mínimo de competência. -----

----- Sabemos que nem sempre é possível, e que há casos excecionais, mas é desejável que isto fique incluído no Regimento, para que venha a ser a prática. E convém lembrar que não somos profissionais a tempo inteiro da Assembleia Municipal. -----

----- Quanto ao artigo 77º, foi já consensualizado na Conferência de Representantes para que não sejam os Grupos Municipais com um único membro, mas sim, em alternativa, os Grupos Municipais não representados nas Comissões a poderem participar, quando estiverem em análise matérias de especial interesse municipal. -----

----- Isto é o que sucede, por exemplo, com o orçamento na 1ª Comissão e os Verdes, tendo dois membros, mas não estando nessa Comissão, com a redação inicialmente proposta ficariam de fora.-----

----- Já quanto à alteração proposta para o artigo 46º, para que, apenas, haja PAOD na primeira sessão de uma reunião ordinária, pensamos que se trata de uma sugestão desnecessariamente limitativa, uma vez que o PAOD permite aos Grupos Municipais apresentar propostas de interesse para o município. -----

----- Sabemos que para Grupos Municipais de menores dimensões é complicado preparar os PAOD's, situação que se agravou com a redução do prazo para entrega dos documentos, proposta pelo PS, tendo nós atualmente que entregar os documentos na sexta-feira e não na segunda-feira, como antes acontecia, perdendo-se o fim de semana para trabalhar nestas propostas. -----

----- Mas porquê proibir ou impedir no Regimento que haja PAOD's? Julgamos que o Regimento deve ser lato e permitir os agendamentos. Depois, se algum Grupo Municipal não pretender entregar saudações, moções, recomendações ou votos, pura e simplesmente não os entrega, porque o Regimento não obriga qualquer Grupo Municipal a fazê-lo. -----

----- Além disso, consideramos que, também, nesta situação deve imperar o bom senso. É preferível estar previsto no Regimento e depois, excecionalmente e em determinada situação específica, poderemos avaliar e decidir na Conferência de Representantes não ter PAOD, mas a título excecional. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Aqui, nesta questão do Regimento, para além do que já foi apresentado que justifica, naturalmente, que quando fazemos alterações ao Regimento é baseado na experiência e sempre a melhorar.-----

----- Penso que estas alterações, inicialmente, existiam outras perspetivas de alargar mais, ou de alterar mais o Regimento, mas a vida provou que o atual Regimento não tem sabido responder às nossas necessidades. E, por isso, naturalmente, iremos votar a favor das propostas do nosso parceiro, o Partido Ecologista, Os Verdes, que naturalmente, apontam para criar vantagens no trabalho dos deputados.-----

----- A preocupação maior que temos, não tanto com a nossa proposta de dar iniciativa aos Senhores Deputados no artigo 77º, de decidir participar em comissões para as quais não estão representados, e poderem participar plenamente nelas, penso que a fórmula de consenso encontrada, também, permite a iniciativa aos grupos, aos pequenos grupos partidários de participar e, de certo modo, também, salvaguarda alguma preocupação, também sentimos na Conferência de Representantes de que não é por esta via que se possa ultrapassar, ou subverter a divisão de responsabilidades nas comissões de acordo com a representatividade eleitoral, portanto, achamos que o artigo 77º, dessa forma, apareceria como uma hipótese, mas sempre apoiada pela Mesa e com a colaboração das presidências das comissões. -----

----- A questão que, realmente, nos incomoda e, por isso, votaremos contra e a proposta do MPT de alterar o atual regimento que prevê PAOD em todas as sessões ordinárias, em todas as reuniões da sessão ordinária podendo que, muitas vezes acontece, numa salva seguida de reuniões da sessão ordinária com PAOD.-----

----- É verdade que, no regimento anterior, o PAOD existia nas primeiras reuniões ordinárias e nas primeiras reuniões das sessões extraordinárias, digamos, que era um modelo talvez mais equilibrado, mas como está e o que tem provado é que ele é possível e mesmo aqueles que dizem, que são muitos, veja-se o caso do PAOD de hoje, lá estava um conjunto, penso que diversificado, atempado, mostrando que o nosso órgão que reúne com grande regularidade, pode tomar posição sobre assuntos correntes, ou emergentes na sociedade, em geral, e da cidade. -----

----- Por isso, votamos contra qualquer proposta de reduzir somente, às primeiras reuniões das sessões ordinárias que são limitadas ao nível nacional, do nível do ano e, por isso, vamos dar conta, porque achamos que deve ser mantida esta possibilidade do PAOD em todas as reuniões das sessões ordinárias.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, restante Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, e restantes presentes.-----

----- Antes de iniciar a minha intervenção, apenas referir que não considero correto na nossa proposta, que tenha havido uma nota de rodapé, como foi no documento, mas pronto.-----

----- Em relação à proposta apresentada pelo MPT de alteração do Regimento, no nº 1 do artigo 46º, do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, prevê que em cada sessão, ou reunião ordinária, há um período designado de “antes do dia”, e outro designado de “ordem do dia”, designado por PAOD e por POD, respetivamente. Neste sentido, e pese embora a Senhora Presidente tenha informado em Conferência de Representantes, aquando da sugestão de alteração da redação anteriormente mencionada, que a decisão de existir o PAOD em todas as reuniões de cada sessão ordinária, se devia ao facto de poder vir a existir matérias com relevância e interesse.--

----- O Grupo Municipal do Partido da Terra, não concorda com esta justificação.-----

----- Como exemplo, na segunda sessão ordinária de 2016, na primeira reunião, realizada a dezanove de Abril, foi agendado PAOD que contou com a apresentação de vinte e um documentos de oito grupos municipais, do universo dos nove grupos municipais e mais os Deputados Independentes.-----

----- Na segunda reunião da mesma sessão, de vinte e seis de abril, não foi agendado PAOD, sendo o mesmo voltar a ser agendado na terceira reunião que se realizou a dez de maio de 2016, onde, apenas três grupos municipais, num total de doze forças políticas apresentaram documentos ao PAOD.-----

----- Acresce, ainda, referir que, na segunda reunião da terceira sessão ordinária, realizada a vinte e oito de junho, como aconteceu na sessão de dez de maio, anteriormente referida, apenas três grupos municipais do total de dez forças políticas com assento na Assembleia Municipal, apresentaram documentos nesta sessão.-----

----- Importa, ainda, salientar que, para além das sessões ordinárias existe uma vez por mês, se realiza uma sessão extraordinária dedicada a declarações políticas, o que permite que os grupos municipais e Deputados Independentes apresentem uma recomendação, ou uma moção, na referida sessão.-----

----- Não obstante a sessão de hoje ter uma maior representação das forças políticas comparativamente às anteriores, verifica-se que alguns dos temas apresentados são meras, reproduções e redundâncias de documentos já apresentados em outras sessões.-----

----- Caros colegas, e depois dos exemplos anteriormente, apresentados, para que seja dada a devida relevância às matérias apresentadas e apreciadas no âmbito deste período, e que tenha a devida importância, e não leva um esvaziamento do seu

objetivo, correndo o risco de se tornar, esta ferramenta, irrelevante, e desprovida de interesse, o Grupo Municipal do Partido da Terra defende que o PAOD deve ser apenas agendado na primeira reunião da sessão ordinária, conforme a nossa proposta. -  
----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- O CDS-PP dispôs de tempo para o Senhor Deputado poder terminar a sua intervenção. -----

----- Senhores Deputados, não havendo mais inscrições, a Mesa propõe o seguinte: -----

----- Têm a proposta na vossa frente, ela tem várias alíneas, nós vamos votar alínea por alínea. Nalguns casos, há mais do que uma proposta, porque havia uma proposta inicial da Mesa, e houve propostas de alteração apresentadas, posteriormente, a boa técnica é votar primeiro a última que entrou, portanto, a proposta que votamos sempre em primeiro lugar, são as propostas de alteração dos partidos políticos, se por acaso algumas delas for aprovada, a da Mesa é prejudicada no caso em que há duas propostas para o mesmo artigo. Está claro? Eu irei, depois, lembrar que é assim. Portanto, vamos votar alínea por alínea, o que estiver proposto, e quando houver duas diferentes, votamos, em primeiro lugar, a última apresentada e que é, também a que está em último lugar, na proposta. -----

----- Eu pedia aos Senhores Deputados para estarem com atenção, podemos começar.

----- Portanto, **alínea a), é uma alteração ao artigo 4º, número um**, foi uma proposta da Mesa que foi consensual na Conferência de Representantes, é aditar uma nova alínea, que tem a ver com, acrescentar aqui aquilo que está na lei, que é a atribuição de despesas de representação dos titulares de direção nos termos do disposto na lei, tal, tal, isto está numa outra lei, não está na lei das competências e como há vários anos a Assembleia Municipal não cumpriu esta deliberação, embora isto fosse obrigatório porque estava noutra lei, passou, assim não passará porque estaremos atentos a elas, no Regimento. -----

----- Vamos pôr à votação a **alínea a), artigo 4º, número um**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 6IND (O PNPN esteve ausente na votação). A **alínea a), artigo 4º, número um** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Agora, **alínea b)** temos duas propostas diferentes, tem a ver com a antecedência do prazo que devem ser entregues os temas das sessões. Tem aí, em primeiro lugar, o texto atual, que fala numa antecedência de oito dias, a proposta da Mesa é até às dezasseis horas do sexto dia útil, portanto, até às dezasseis horas de segunda-feira, e a proposta do PEV é até às doze horas do quarto dia útil, ou seja, até às doze horas das quartas-feiras. É esta a diferença. -----

----- A Mesa vai pôr á votação **Alínea b)**, em primeiro lugar, a **proposta do PEV**, para que os temas sejam entregues até às doze horas das quartas-feiras, anteriores à sessão. Votos contra do PS e do PSD, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e 6IND (O PNPN esteve ausente na votação). A **Proposta do PEV** foi **rejeitada**. -----

----- Agora, vamos pôr à votação a **proposta da Mesa**. A proposta do PEV foi rejeitada pelo que a proposta da Mesa subsiste, pelo que temos que a votar. Vamos pôr à votação a **proposta da Mesa**. Votos contra do BE e do PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN e 6IND (O PNPN esteve ausente na votação). A **proposta da Mesa foi aprovada por maioria**. -----

----- Portanto o que permanece aqui é a proposta de alteração da Mesa. -----

----- Vamos, agora, pôr à votação a **alínea c)**, nas sessões de perguntas a mesma filosofia, exatamente, a redação atual é oito dias, a proposta da Mesa é as dezasseis horas de segunda-feira, a proposta do PEV doze horas de quarta-feira. E eu vou pôr à votação a **proposta do PEV**. Votos contra do PS, PSD e 6IND, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT (O PNPN esteve ausente na votação). **A proposta do PEV foi rejeitada**. -----

----- Subsiste a **proposta da Mesa**, vamos votar. Votos contra do BE e do PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN e 6IND. **A proposta da Mesa sobre a alínea c)**, foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar à **alínea d)**. Há uma **proposta do MPT** para retomarmos a redação anterior do Regimento, ou seja, que só haja PAOD na primeira reunião das sessões ordinárias. Vamos votar a **proposta do MPT**. Votos contra do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e 6IND, não há abstenções, votos a favor do MPT. (O PNPN esteve ausente na votação). **A proposta do MPT sobre a alínea d)**, foi **rejeitada**. -----

----- Vamos prosseguir, agora, a **alínea e)**, há uma **proposta do PEV** no sentido de aditar um prazo para a divulgação e análise dos relatórios e dos pareceres. É o artigo todo, dois novos números a aditar ao artigo 75º. Votos contra do PS, abstenção de 5IND e votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV MPT, PAN e 1D.M. IND. (O PNPN esteve ausente na votação). **A proposta do PEV sobre a alínea e)**, foi **rejeitada**. -----

----- Em todo o caso, naturalmente, vamos fazer, todos, um esforço no sentido de conseguir, pelo menos ao nível das boas práticas, garantir estes prazos mínimos porque todos reconhecemos, a começar pela Mesa e por todos os Senhores Deputados, que às vezes, em cima da hora é difícil organizar os documentos. Não ficamos com esta rigidez no Regimento, mas penso que podemos fazer o esforço para conseguir que isto seja assim. -----

----- Vamos passar ao **artigo 77º**, é um número final que tem a ver com a possibilidade de alargar as reuniões de uma determinada Comissão a grupos municipais nela não representados, quando são matérias estruturantes. Vamos pôr à votação a proposta. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. **A proposta da Mesa, artigo 77º, alínea f)**, foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Portanto, o que tem de ser posto à votação nominal, agora, é o conjunto daquilo que nós aprovámos, ou seja, aprovamos a **proposta da Mesa, na alínea a), na alínea b), na alínea c) e na alínea f)**. São estas coisas que vamos pôr à votação nominal, as outras ficaram pelo caminho. -----



----- Portanto, agora, os Senhores Deputados têm de estar com atenção, vamos ter que chamar os Senhores Deputados, um a um, basta levantar o cartão e a Mesa vai indicando. A Senhora 2ª Secretária diz o nome e eu, vou indicando aqui o sentido de voto:-----

----- Senhor Deputado Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, a favor; Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, a favor; Ana Maria Gaspar Marques, a favor; Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, a favor; André Nunes de Almeida Couto, a favor; Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, não está presente; Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, a favor; Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, a favor; Carla Cristina Ferreira Madeira, a favor; José Carlos Pereira da Silva Santos, a favor; Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, abstenção; Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, não vejo presente; Fábio Martins de Sousa, a favor; Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, a favor; Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, a favor; Floresbela Mendes Pinto, a favor; Hugo Alberto Cordeiro Lobo, ausente da sala; Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, a favor; João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, a favor; João Luís Valente Pires, a favor; João Manuel Costa de Magalhães Pereira, a favor; José Alberto Ferreira Franco, a favor; José António Cardoso Alves, a favor; José António Nunes do Deserto Videira, a favor; José Luís Sobreda Antunes, abstenção; José Manuel Rodrigues Moreno, ausente da sala; José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, a favor; Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, a favor; Mafalda Ascensão Cambeta, a favor; Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, a favor; Margarida Carmen Nazaré Martins, a favor; Margarida Maria Moura S. A. Saavedra, a favor; Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, a favor; Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, a favor; Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, a favor; Maria Irene dos Santos Lopes, a favor; Maria Luísa de Aguiar Aldim, a favor; Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, a favor; Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, a favor; Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, a favor; Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, a favor; Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, a favor; Patrícia de Oliveira Caetano Barata, ausente da sala; Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, a favor; Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, a favor; Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, ausente da sala; Ricardo Amaral Robles, abstenção; Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, a favor; Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, a favor; Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, ausente da sala; Rosa Maria Carvalho da Silva, a favor; Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, a favor; Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, a favor; Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, a favor; Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, a favor; Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, ausente da sala; Vasco Miguel Ferreira dos Santos, a favor; João Diogo Santos Moura, a favor; Manuel de Oliveira Duarte, a favor; Miguel Martins Agrochão, a favor; Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, a favor; Nuno Ricardo Dinis de Abreu, ausente da sala; Igor Boal Roçadas, a favor; Carla Rothes, a favor; Rosa Lourenço, a favor; Susana Maria da Costa Guimarães, a favor; Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, a favor; Ana Paula da Silva Viseu, a favor; Luís Manuel Inês Cavaco, a favor; Sara

Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, abstenção; Francisco Alves da Silva Ramos, abstenção; Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, abstenção; Nelson Pinto Antunes, a favor; Luís Graça Gonçalves, a favor; Margarida Morais, a favor.-----

----- Não há dúvida que a votação teve maioria em votação nominal, não precisamos de somar os votos mas depois, a Mesa, ou os serviços, farão o favor de contabilizar os votos que são, claramente maioria absoluta, em votação nominal.-----

----- (Aprovada por maioria, em votação nominal, de acordo com a lista anexa e com a seguinte votação:-----

----- **Favor: 60;**-----

----- **Abstenções: 6;**-----

----- **Tendo-se registado 9 ausências da sala do plenário.)**-----

----- (A **Votação Nominal da proposta nº 004/PAM/2016** fica anexada à presente Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.-----

----- Neste momento, vamos passar para o ponto terceiro da ordem de trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO NA GENERALIDADE DA PROPOSTA Nº 154/CM/2016 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA NA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 70º DO REGIMENTO E TAMBÉM, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO NÚMERO 1 E 2 DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 53-E/2006, DE 29 DE DEZEMBRO, DA ALÍNEA C), DO Nº 2 DO ARTIGO 23º E DAS ALÍNEAS B) E G) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE DEZEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 81/2006, DE 20 DE ABRIL, E AINDA, DO ARTIGO 10º DO CÓDIGO DA ESTRADA; 2X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 154/CM/2016** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Esta proposta, 154/CM/2016, tem por objetivo propor à Assembleia Municipal que aprove a alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública.-----

----- O regulamento atual foi aprovado em 2014, e publicado no boletim municipal, de 3 de Abril de 2014. E, neste momento, a alteração que se propõe fazer tem, essencialmente, como motivos, compatibilizar os limites das zonas de estacionamento de duração limitada e das zonas de acesso condicionado, aos limites, aos novos limites das freguesias; como segundo objetivo, a necessidade de alargar a zona de estacionamento de duração limitada a toda a Cidade de Lisboa, de forma a disciplinar o estacionamento, através de um instrumento de, simultaneamente, para qualificação do estacionamento e da oferta de estacionamento, para moradores, e diminuir a

pressão do estacionamento na zona, incentivando o transporte público; e terceiro objetivo, pôr fim ao estacionamento abusivo nas zonas limítrofes às atuais zonas de estacionamento, de duração limitada, e que resultam, essencialmente, em áreas da cidade bem servidas de transporte público, em particular, do Metropolitano de Lisboa, onde há diariamente um afluxo de veículos que vêm fora do Município de Lisboa, colocando problemas complicados aos moradores.-----

----- Este regulamento teve consulta pública e, na referida consulta pública, houve um pedido esclarecimento sobre os fundamentos das isenções previstas no regulamento em causa, o que foi respondido, e apresentado, o respetivo fundamento legal.-----

----- Por outro lado, quando a proposta foi apresentada na Câmara Municipal para aprovação e envio à Assembleia Municipal, os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram três propostas concretas. Uma primeira que diz respeito a gratuidade do estacionamento, durante duas horas, para os residentes na Cidade de Lisboa, na coroa amarela e na coroa verde, portanto, isto significa que qualquer residente, onde quer que vivesse, podia ter duas horas sem pagar nas zonas na coroa amarela e na coroa verde, segundo a proposta, a possibilidade de concessão de um segundo dístico de estacionamento, em condições análogas ao primeiro, para agregados familiares com três ou mais pessoas a cargo, e uma terceira proposta que refere o reforço do trabalho conjunto, envolvendo a EMEL e as Juntas de Freguesia no que diz respeito à necessidade de sinalizar, mais e melhor, todas as zonas onde a leitura da sinalização vertical de estacionamento, não seja clara. -----

----- Destas três propostas, duas foram imediatamente aceites, a possibilidade da concessão de um segundo dístico de estacionamento, em condições análogas ao primeiro, para agregados familiares com três ou mais pessoas a cargo, e está já contemplada no Regulamento, bem como o reforço do trabalho conjunto, envolvendo a EMEL e as Juntas de Freguesia no que diz respeito à sinalização.-----

----- Quanto à primeira proposta, foi referido, na altura, que era necessário perceber qual era o impacto, não só em termos de mobilidade mas, também, em termos financeiros da proposta de gratuidade, durante duas horas, nas coroas verdes e amarelas, e nesse sentido a EMEL está a proceder a um estudo específico sobre essa matéria. -----

----- Acordei, também, pessoalmente, com os Vereadores do PSD que, sem prejuízo da apreciação deste regulamento, logo que existir uma conclusão sobre esse estudo que foi encomendado pela EMEL, será proposta, se essa for a conclusão, uma emenda pontual ao regulamento para contemplar a referida proposta.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os meus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, à Senhora Secretária e Secretário da Mesa, às Senhoras e Senhores Vereadores presentes, às Caras e Caros Colegas Deputados Municipais.-----

----- Este Regulamento Geral de Estacionamento na Via Pública foi publicado em Abril de 2014, é portanto, um documento, relativamente, recente e encontra-se em

fase de maturação e, por esse motivo, compreende-se o âmbito circunscrito da alteração que é proposta.-----

----- Destacamos duas notas positivas, o alargamento das zonas de estacionamento de duração limitada a toda a cidade, e a consulta prévia às autarquias de freguesia, aos moradores e os comerciantes, como procedimentos especializado para prévio a cada alteração. Estas notas respondem, em certa medida, a um desígnio de melhor gestão do espaço público, os Deputados que integram 8ª Comissão poderão confirmar que algumas reclamações que, frequentemente, nos fazem chegar pessoas, e as próprias Juntas de Freguesia veja-se o caso da Freguesia de Carnide, diz respeito à falta de atuação da EMEL, nas zonas que administram, uma vez que, associam essa falta de atuação a um desordenamento da gestão do espaço público e, efetivamente, o que é que se verifica nessas zonas? Veículos em cima do passeio, ou em segundo fila, em cima de passadeiras, acabam até por serem encargos adicionais para as Juntas de Freguesia que têm, depois, que suportar reparações do pavimento, são, também, condicionantes à mobilidade de pessoas que têm dificuldade de locomoção e, estruturalmente, traduz-se numa discriminação na cidade de Lisboa. Enquanto que, determinadas Freguesias apresentam um espaço público, tendencialmente, ordenado, outras assumem-se, claramente, como vazadouro automóvel, especialmente, aquelas que são atravessadas pelas linhas de metropolitano. Na prática, enquanto os parques dissuasores não são, estão prometidos, mas não são uma realidade com capacidade suficiente, acabam por ser as zonas de acesso dessas freguesias, sem a intervenção da EMEL, maioritariamente, na coroa Norte de Lisboa, que sofrem o impacto do excesso de veículos e do acesso desordenado de veículos de transporte individual, predominantemente, à Cidade de Lisboa. -----

----- Não é, portanto, uma prática sustentável, haverá que fazer alguma coisa para a inverter, e consideramos que esta extensão da atuação da EMEL a estas zonas pode ser uma, entre várias, e que devem ser contempladas, em prol dum plano de mobilidade sustentável para a Cidade de Lisboa. -----

----- Outro aspeto que realçamos, no início, é a consulta pública, é um aprofundamento do princípio da participação e vemos, nesta consulta pública, uma oportunidade de reforço da capacidade negocial das próprias Juntas de Freguesia, antes de e, também, de incentivar a comunicação e a concertação das populações abrangidas. Antes de verem a EMEL irromper, de acordo com os seus critérios pelos seus espaços, podem, de alguma forma, acautelar alguns aspetos de investimento de arranjos exteriores que sejam necessários e, portanto, saudamos, também, por esse motivo, esta proposta. -----

----- Há um aspeto que nos causa algumas interrogações diz respeito ao quadro de isenções que são promovidas. Se compreendemos as isenções concedidas ao município, às freguesias, às IPSS's, temos alguma dificuldade em compreender porque é que, nesse quadro de isenções, não se contempla a isenção a favor de veículos movidos a eletricidade, enquanto contributo, também, positivo para uma gestão energética mais sustentável. -----

----- E, também, será uma questão que terá porventura, suscitará um esclarecimento nos trabalhos preparatórios do debate da especialidade, porquê uma isenção cega indiscriminada aos veículos da EMEL, quando essa isenção não opera a favor de veículos de outras empresas municipais? E porquê uma isenção concedida, indiscriminadamente, a veículos da EMEL, não se distinguindo se estão em função operacional, ou se estão numa outra função de qualquer? -----

----- Portanto, seriam aqui tópicos que deixávamos para os trabalhos que se desenvolverão, principalmente, durante esta semana, na 8ª Comissão, preparando o debate na especialidade que, provavelmente, acontecerá na próxima terça-feira.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, dificilmente, poderemos agendar isto para a próxima terça-feira pois já temos uma agenda muito subcarregada. Portanto, a 8ª Comissão poderá ter mais tempo se isto for aprovado. -----

----- Não vamos ter condições para aprovar isto na próxima semana. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- As minhas saudações aos Senhores Vereadores, aos Colegas Deputados e ao restante Público presente. -----

----- Eu confesso que estou um pouco perplexo com a notícia que a Senhora Presidente acaba de dar, quanto à impossibilidade de prática de agendar este tema...” -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, não me interprete mal, não há uma impossibilidade de prática, estou a dizer é que há uma agenda muito carregada para a semana, porque há um pacote enorme de delegações de competências de freguesias, e há uma agenda carregada, se houver espaço, e se estiver pronto, com certeza que eu agendo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Pronto, então haverá uma eventualidade de o assunto ser agendado para a próxima semana e eu como membro da 8ª Comissão, e em solidariedade com os colegas dessa comissão, estamos a fazer o máximo dos nossos esforços para termos o relatório consistente, disponível a tempo para a sessão plenária da próxima semana, iremos trabalhar nesse sentido caso, evidentemente, esta iniciativa do executivo tenha aprovação na generalidade na sessão de hoje. -----

----- Em termos de comentários que gostaria de produzir, desde já, eu gostava de salientar que estas alterações que são propostas pelo executivo visam, obviamente, aumentar as áreas da cidade com estacionamento ordenado e, por conseguinte, tarifado, portajado, como se poderia dizer, usando a expressão das outras infraestruturas que são pagas, neste país. Obviamente que, passar de qualquer coisa como 50 mil lugares com estacionamento condicionado, para uma possibilidade de vir a ter na cidade de 80 mil, isto é um crescimento, eu estou a basear-me em números que surgiram na comunicação social que, evidentemente, carecem de ser afinados e

validados, mas poderão dar uma ordem de grandeza da alteração que se prevê. Claro que, isto é muito relevante para a cidade, é relevante para a gestão da mobilidade na cidade e globalmente considerada, trata-se de uma iniciativa que merece o meu apoio, e de outros Deputados Independentes, portanto, estamos, efetivamente, identificados com a necessidade de aumentar o ordenamento do estacionamento na nossa cidade. Obviamente que, isso é bom, que seja conduzido de forma equilibrada, de forma sensata, e gostava de passar, diretamente, para um ponto em que a proposta de vinda da vereação, em nosso entender, carece de ser revista e melhorada, e estou-me a referir ao artigo 6º do regulamento, cuja redação é proposta a sua alteração integral, portanto, o artigo 6º do atual regulamento remete para as zonas de estacionamento de duração limitada que constam dos mapas anexos ao próprio regulamento, ou seja, a fotografia aérea, digamos assim, das zonas de estacionamento de duração limitada na cidade está feita, no anexo do regulamento, e pretende-se, agora, com o novo texto, dar uma abertura para que, além dessas zonas que já estão identificadas no anexo do regulamento, possam ser implementadas outras, no concelho de Lisboa, ou alteradas as existentes, mediante decisão da Câmara, e estou a ler o texto; “*mediante decisão da Câmara...*”, está a haver duas reuniões aqui na Assembleia, uma aqui em baixo, outra lá em cima, enfim, eu vou tentar falar mais alto ...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----  
----- “Senhores Deputados, faz muita ressonância e, com estes microfones que não têm muita qualidade, faz muita ressonância as conversas aí em baixo, ouvimos tudo no palco. Pedimos alguma atenção. -----  
----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** no uso da palavra, continuou:-----  
----- “Obrigado. -----

----- Eu vou retomar e acelerar, até porque o tempo vai esgotar-se rapidamente.-----

----- Eu estava a ler pedaços deste novo artigo 6º, em que se diz que podem ser, portanto, implementadas outras zonas, ou alteradas as existentes, mediante decisão da Câmara, sob proposta da EMEL, sendo essa implementação precedida de uma consulta pública no prazo no mínimo de 15 dias, de um envio para conhecimento à Assembleia Municipal de Lisboa, e de um pedido, eu sublinho, pedido de parecer, às Juntas de Freguesia competentes, no prazo mínimo de quinze dias. -----

----- Bom, esta intervenção que está prevista para as Juntas de Freguesia é algo que eu reputo de minimalista, portanto, é uma intervenção em que, obviamente, as Juntas podem pronunciar-se, mas sem qualquer garantia de que o ponto de vista dos fregueses, que são representados pelas Juntas, democraticamente eleitas, que esse ponto de vista que seja expresso direta, ou indiretamente, através das Juntas sem qualquer garantia de que isso prevaleça na decisão final de criação dessas novas zonas. Eu entendo que isto deve ser revisto, disto baixar a 8ª Comissão tenciono apresentar uma proposta de alteração a esta cláusula. Acho que o espírito e a letra da desconcentração, ou descentralização, do Município para as Juntas de Freguesia que merece, hoje em dia, o apoio quase unânime dos autarcas e, enfim, a população dos

indicadores que temos, também, está satisfeita, para sermos coerentes, as Juntas de Freguesia não devem ser um elemento decorativo, neste processo, e devem ter um papel que deveria ser vinculativo e, realmente, aquilo que já foi dito, aqui, hoje, sobre a necessidade de deixarem de ser penalizados os residentes, naquelas zonas que são que são próximas das atuais, a necessidade pública social de deixar de penalizar esses moradores das zonas limítrofes, também pode haver outras perspetivas em que os residentes não estejam, efetivamente, interessados na criação dessas zonas, e as Juntas de Freguesia deveriam ser a expressão respeitada da posição dos moradores dessas zonas da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós entendemos que o alargamento do estacionamento tarifado, a toda a cidade, é positivo. Neste momento, temos zonas pressionadas, certamente, por falta dessa regulação. -----

----- Quanto às alterações, agora propostas, relativamente ao ponto número um, o novo número dois do artigo 4º da redação apresentada, presume-se que a palavra ‘pago’ esteja inscrita no pavimento. Se assim for, consideramos que esta marcação é frágil, podendo não ser devidamente visível, pelo que consideramos que deverá sinalização ser feita de forma mais completa possível, ou seja, utilizando cumulativamente a sinalização vertical e a marcação dos lugares de estacionamento com a palavra ‘pago’. -----

----- Relativamente ao ponto número dois, consideramos que seriam melhorias para a transparência do processo e para a participação de todos os cidadãos, as seguintes alterações à redação proposta para o artigo 6º: -----

----- 1º O prazo para consulta pública, em vez de ser de quinze dias úteis passar a ser trinta dias úteis, em consonância com o previsto para regulamento no número dois do artigo 101º do Código de Procedimento Administrativo; -----

----- 2º A publicação da fase de consulta pública não se limite ao Boletim Municipal, jornal de circulação regional, no sítio na Internet da EMEL e envio à AML para conhecimento, alargando-se publicitação desta fase, nomeadamente, através da colocação de cartazes nas áreas que iriam ser objeto de regulamentação, de estacionamento ou alteração do mesmo; -----

----- b) Distribuição nas caixas de correio do aviso dessa fase com pedido de colaboração às Juntas de Freguesia; -----

----- c) Colocação de informação no sítio da Internet da CML e no participa.pt. -----

----- 3º Alterações ao anexo a 17 de fundamentação das isenções previstas nos artigos 12º, 20º e 61º do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, incumprimento da alínea d), do número 2 do artigo 8º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro com as devidas atualizações, fundamentação das isenções constantes do artigo 12º. -----

----- Na alínea c) acrescentar ‘quando em serviço’, passando a redação a ser a isenção dos veículos da frota da CML devidamente identificados quando, em serviço, proposta de alteração, fundamenta-se na concretização das suas competências, legalmente atribuídas enquanto gestora da via pública, dentro do município de Lisboa, de acordo com o Decreto nº 44/2005, de vinte e três de fevereiro, e da Lei nº 75/2013 de doze setembro. -----

----- Da alínea f), ficar explícito se isenção dos veículos das Juntas de Freguesia, quando devidamente identificados e constantes da respetiva lista de matrículas, detida pela EMEL, é sempre quando em serviço, e cenário de cada Junta de Freguesia, ou em toda a cidade. -----

----- A fundamentação das isenções constantes no artigo 20º, na alínea h) há uma repetição do texto que pode ser corrigida. -----

----- Na alínea i) deverá ser, tal como na alínea f) no ponto anterior, ficar esclarecida em que condições e onde, os veículos das Juntas de Freguesia estão isentos. -----

----- Resta-nos algumas dúvidas. Existe um estudo sobre o investimento necessário para o alargamento de toda a cidade de estacionamento de duração limitada a curto aparelhos, obras e sinalização, médio e longo prazo, pessoal e manutenção, na apresentação em reunião de câmara foi dito pelo Doutor João Dias, da EMEL, que há um estudo que já implementaram até meio de 2016, tudo aquilo com que se comprometeram para todo o ano 2016, e que uma maior investimento vai ser em parquímetros e carros e máquinas que fazem a leitura das matrículas, leia-se ‘Parques Pagos’, automaticamente, ponderam um maior investimento humano para reboques e bloqueamento de veículos. -----

----- E portanto, são estes os pontos que gostávamos de ver esclarecidos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, esclareceu o seguinte: --

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Queria afirmar que o Executivo está totalmente disponível para acolher várias das sugestões que foram feitas, portanto, amanhã haverá uma participação de representantes da EMEL e da Direção Municipal de Mobilidade e Trânsito na reunião de 8ª Comissão. De qualquer modo, gostava que ficasse claro que o reforço do papel das Juntas, parece-me, pessoalmente, que é acolher e estou certo que o Executivo acolherá, introduzindo uma redação diferente no sentido de, porque é a prática que o que está a acontecer, hoje em dia, é que é a pedido das Juntas, a Câmara decide a pedido das Juntas depois da consulta pública, e penso que isto resolve, efetivamente, o problema foi suscitado. -----

----- Quanto às isenções, vamos analisá-las, faz sentido aquilo que foi, aqui, dito de que sejam veículos em serviço, e no caso particular das Juntas de Freguesia que, também, seja avaliado. -----

----- Quanto a dados que foram perguntados como o número de lugares de estacionamento, o crescimento do número de lugares de estacionamento, e o impacto financeiro destes alargamentos, isso já está determinado na revisão que foi feita do



Plano de Atividades e Orçamento da EMEL e, portanto, amanhã, na reunião que haverá com a Comissão serão explicitados esses valores. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados não temos mais inscrições, e a Mesa vai pôr à vossa consideração a apreciação, na generalidade, da **Proposta nº 154/CM/2016**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 154/CM/2016** foi **aprovada por maioria** na generalidade, baixa, agora, à 8ª Comissão para fazer a apreciação na especialidade. -

----- A Mesa quer pedir um alerta no relatório que fizerem, enfim, na apreciação que fizerem, as propostas de alteração que, eventualmente, queiram fazer, autonomizem-nas como propostas de alteração porque é fundamental para que nós tenhamos matéria para votar. -----

----- Vamos passar ao ponto quarto da nossa ordem de trabalhos.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 273/CM/2016 – 6º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K), DO NÚMERO 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2XGRELHA-BASE 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 273/CM/2016** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fica anexado à presente Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 01/115 (1ª e 5ª CP)** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vice-presidente da Câmara, Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, referir que este é o 6º relatório, quero agradecer o trabalho do Professor João Seixas que é o coordenador da equipa de monitorização da reforma administrativa, que ali está, e da sua equipa, nomeadamente, o Rosa do Egípto. -----

----- Referir que, no fundo, este relatório, talvez seja o último relatório, de uma série de relatórios, que tem como objetivo avaliar a implementação da reforma administrativa e de uma monitorização próxima que implicou entrevistas a Presidentes de Juntas, bem como, várias visitas a Juntas de Freguesia. Do relatório resulta uma apreciação em concreto de um conjunto de matérias pelas quais, ainda, se identifica que a reforma administrativa, à data do relatório, implicava, ainda, a transferência de um conjunto de matérias pelas quais ainda, se identifica que a reforma administrativa,

à data do relatório, implicava ainda, a transferência de um conjunto de competências que estavam por transferir e que, entretanto, já estão em operacionalização, como também, um conjunto de insuficiências do ponto de vista de condições, nomeadamente, para as Juntas de Freguesia de exercerem as suas competências, quer ao nível, por exemplo, de instalações, quer ao nível de matérias relacionadas com sistemas de informação.-----

----- São processos que nos consideramos no executivo da Câmara, como naturais, esta é uma reforma muito ambiciosa que carece, naturalmente, de um período de adaptação. Entendemos, e reconhecemos, todas as matérias que são consideradas ainda em curso, ou que carecem de alguma correção, como corretas as que estão identificadas, e o executivo está num processo de completar totalmente este processo, de maneira a que não sobre quaisquer competências do ponto de vista da sua transferência. Eu diria que as licenças especiais de ruído estão, neste momento, num processo em que as Juntas de Freguesia já assumem, ou começam a assumir as suas competências, algumas delas carecerão de formação.-----

----- No que diz respeito às contraordenações, o mesmo, ou seja, independentemente das Juntas de Freguesia já poderem exercer as suas competências, e a Câmara, no fundo, concretizará a formação necessária para que as Juntas de Freguesia se sintam mais confortáveis no exercício destas competências e, num conjunto de matérias que estão a ser identificadas do ponto de vista de sistemas de informação, também, está a ser trabalhada no sentido de a Câmara desenvolver soluções que permitam, não só desenvolver necessidades que a própria Câmara tem, porque a Câmara também teve que se adaptar às competências que transferiu para as Juntas de Freguesia, mas que fiquem disponíveis para as Juntas de Freguesia, para aquelas que necessitarem, nomeadamente ao nível, por exemplo, da gestão de ocorrências. -----

----- Eu recordo que este relatório já surge depois da alteração na Assembleia da República em relação à lei, do ajustamento das verbas, da alteração do estatuto dos eleitos locais que, em particular, no caso de Lisboa, permitiu às Juntas de Freguesia exercerem o seu trabalho de forma muito mais adequada às exigências, que a situação de Lisboa, assim, o exige, assim o necessita. -----

----- De referir, também, que este relatório refere, de forma bem evidente, a ambição das Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, que se sentem, hoje, capazes de exercer, não só, as suas competências que receberam por lei mas, também, que receberam por delegação de competências, competências novas, e a Câmara Municipal não só concorda com a perspetiva ambiciosa e confiante das Juntas de Freguesia, como está a preparar algo que irá à próxima reunião de Câmara, um conjunto muito significativo de delegações de competências num conjunto vasto de áreas nas quais entende, por princípio, passarão a ser, desde que hajam projetos adequados da parte das Juntas de Freguesia, e desde que haja capacidade de execução, e desde que haja, também, do nosso lado, disponibilidade financeira, serão competências que por princípio e natureza, à semelhança do que havia no passado, uma nova espécie de envelope de delegação de competências para as juntas de Freguesia, independentemente das suas competências próprias.-----

----- Portanto, também, ficou claro, neste relatório, que este relatório também foi apresentado em reunião de câmara, que é da vontade do executivo, do grupo de trabalho, penso que, também, da comissão, tivemos oportunidade de sermos ouvidos na comissão, de que exista, não só, uma monitorização do relatório que envolva os cidadãos, mas também, que haja um enorme balanço desta reforma administrativa a apontar mais para o terceiro aniversário da transferência de competências. Portanto, parece-me que foi num ambiente produtivo que existiu esta discussão na comissão, todos os contributos que foram introduzidos, do lado da Câmara Municipal entendemos que o relatório é absolutamente, exato nos termos, e a Câmara Municipal tem tentado ir ao encontro para suprimir muitas das necessidades que, ainda, são identificadas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** na qualidade de relator do parecer conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Sem embargo da apresentação feita pelo seu Vice-presidente com a qual, obviamente, concordamos e que nos satisfaz relativamente ao desenvolvimento que, proveniente deste 6º relatório, penso que é relevante de ler as conclusões, é um documento que já é conhecido, mas penso que é relevante ler as conclusões e as recomendações até porque sumarizam a situação atual.-----

----- Tendo o presente parecer, aprovado por unanimidade na 1ª e 5ª Comissões Permanentes, sobre o 6º relatório de monitorização da reforma administrativa de Lisboa, e considerando as conclusões nele incluídas, a saber:-----

----- 1. Não obstante existirem ainda Recomendações desta Assembleia à Câmara Municipal de Lisboa sem uma conclusão definitiva, é de notar que tem sido feito um esforço para dar resposta às questões levantadas.-----

----- 2. Decorridos dois anos sobre a assinatura dos Autos de Transferência, é evidente ser a Reforma Administrativa uma mais-valia para a cidade e seus Municípios.-----

----- 3. A gestão de proximidade trouxe um melhor serviço às populações e uma resposta mais rápida e eficaz aos problemas diários.-----

----- 4. Dada a dimensão da Reforma, pode afirmar-se que a transferência de competências, recursos e meios correu de forma adequada e que Lisboa, hoje, está melhor governada e gerida.-----

----- 5. A fase subsequente deverá insistir-se na melhoria do nível de serviço público, procurando a maior eficiência e eficácia, permitindo assim responder melhor aos anseios das populações e apostar em novos investimentos.-----

----- A 1ª e 5ª Comissões Permanentes propõe, assim, ao plenário da Assembleia Municipal que delibere aprovar as seguintes recomendações à Câmara Municipal que não obtiveram, ainda, resolução satisfatória além das de caráter geral em eventual curso de execução como. Aliás, referiu o Senhor Vice-presidente:-----

----- 1. Atenda ao risco de as Juntas de Freguesia, no quadro da sua autonomia, se encontram obrigadas, por razões de eficiência e por falta de manutenção evolutiva e corretiva das aplicações informáticas cedidas e instaladas pela Câmara, ao desenvolvimento de aplicações informáticas próprias, coibindo a concretização futura de uma gestão abrangente e estabeleça uma equipa interna permanente da Câmara, de apoio à qualidade e integração dos Sistemas de Informação das autarquias da cidade. --

----- 2. Produza e distribua à população para melhor e mais completa informação, sob critério idêntico ao adotado aquando da apresentação das circunstâncias na Reforma Administrativa, do Guia do Município em suporte papel, eventualmente sob a forma de prospeto ou volante. -----

----- 3. Proceda com urgência à efetivação de Inquérito Geral aos Agentes políticos e administrativos da cidade e à população de Lisboa, sobre a perceção dos resultados da Reforma Administrativa.-----

----- 4. Complete com a maior brevidade a transferência dos processos de Licenciamento para as Freguesias. -----

----- 5. Clarifique de forma muito fina e em conjunto com as Freguesias de Lisboa, a fronteira entre as obras de natureza estruturante e não estruturante. -----

----- 6. Conceda especial atenção à necessidade de consciencialização dos diversos Serviços municipais das novas competências das Juntas, permitindo a rápida assimilação da legitimidade executiva e administrativa das Freguesias. -----

----- 7. Proceda por via negocial com as freguesias, em termos individualizados e similares aos adotados nos Acordos de Transferência de MAR2014, ao reajustamento dos recursos financeiros disponíveis nas Juntas de Freguesia e que prejudicam o seu equilíbrio orçamental. -----

----- 8. Continue o processo de dotar todas as Freguesias de forma equitativa de instalações suficientes para as suas ações administrativas e em condições de dignidade de representação.-----

----- 9. Adote um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos Interadministrativo estabelecidos entre a Câmara Municipal e as Juntas, facto que se reveste de especial importância em casos de delegação de competências camarárias em simultâneo, em várias Freguesias de Lisboa, como ocorre no pacote de Delegação de Competências de Julho de 2016. -----

----- Senhora Presidente, são estas as conclusões e as recomendações, e eu li-as até pelo facto de elas poderem ficar em ata dada a sua representatividade. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, muito boa tarde a todas e a todos. -----

----- O 6º relatório, que hoje analisamos, é o 2º a ter uma periodicidade semestral. Cobrindo o período até 31 de Março de 2016, ou seja, dois anos decorridos após a assinatura dos autos de transferência de competências entre a CML e as 24 Juntas de Freguesia, seria expectável que o Grupo de monitorização do processo da reforma administrativa de Lisboa apresentasse um diversificado leque de medidas corretivas,

já introduzidas pelo executivo em todo este processo. Será de facto assim ou será que subsistem grande parte dos impasses já constados nos anteriores 5 relatórios? -----

----- O Grupo constata (na p. 7) que as Juntas têm vindo a “desenvolver posturas e soluções de carácter diferenciador”, traçando um cenário que, como expresso no atual relatório, não é o “desejado para uma plena capacitação da ação pública de proximidade na cidade”. E explicam as suas causas. -----

----- Tal deve-se basicamente, entre outras razões, à ausência de estruturas e ferramentas para serem uniformemente utilizadas por todas as instituições de governo da cidade, num quadro de ação que, admitindo autonomia, fosse simultânea e institucionalmente integrada, situação, aliás, que se vem arrastando ao longo destes 2 anos de reforma administrativa. Deve-se, também, à inércia da CML em se adaptar devidamente a uma nova realidade e a intervenções de maior proximidade. Deve-se, igualmente, ao incipiente reforço, adaptação e formação de recursos humanos e equipas técnicas. E deve-se, em suma, à ocorrência de duplicações de tarefas entre as autarquias e à não atempada capacitação ou transferência para as Juntas de funções específicas (p. 7 e 8). -----

----- O Grupo de monitorização sustenta que bem tem procurado seguir as inúmeras recomendações exaradas pelas 1ª e 5ª Comissões da AML, e aqui aprovadas por unanimidade, mas, como será óbvio, a responsabilidade pela sua não aplicação ultrapassa as suas incumbências, pois essa obrigação é exclusiva do executivo. Senão vejamos (p. 10 a 16). -----

----- Quem já há muito tempo deveria ter clarificado quais as fronteiras entre as obras de natureza estruturante e não estruturante? Quem é responsável pela não elaboração de instrumentos de base reguladora, essenciais para o normal funcionamento da cidade? Quem é responsável pela substituição dos materiais e equipamentos transferidos que se revelaram defeituosos ou obsoletos? Quem é responsável pela não definição de metodologias concretas de atuação, em áreas cujas obrigações se encontram ainda difusas (*desde a limpeza de zonas pedonais, ao desentupimento dos sistemas de drenagem, à definição de áreas expectantes ou mesmo nos apoios a eventos locais*)? A quem competiria atempadamente definir o funcionamento dos processos de licenciamento, designadamente, de ocupações de espaço público, da publicidade, das licenças especiais de ruído ou de venda ambulante? Porque refere o Grupo que se mantêm relevantes insuficiências, bem como riscos de dispersão, no uso de algumas aplicações comuns (como GESLIS e GOPI), bem como no acesso a determinados cadastros? Decorridos 2 anos, porque não foi ainda garantida uma utilização universal de sistemas de informação fiáveis, viáveis e completamente integrados para uso dos diferentes atores na cidade? Por culpa dos executivos das Juntas? Claro que não. -----

----- Mas não só, pois deparamo-nos ainda, neste 6º relatório, com a descrição de outro conjunto de insuficiências e desfasamentos. Por exemplo: -----

----- Mantêm-se ou não disparidades a nível do número de recursos humanos disponíveis, bem como da sua qualificação? (p. 62) Confirma-se o facto de apenas 52% dos trabalhadores das Juntas serem funcionários do quadro e os restantes serem

contratados em prestação de serviços? (p. 31) Confirmam-se assimetrias entre as diferentes Juntas, que indiciam que nem todas se encontram a usar os sistemas disponibilizados em todas as suas valências? (p. 62) Confirma-se ou não a persistência de sistemas de informação a vigorar de forma não integrada? (p. 53) Confirmam-se as denunciadas dificuldades associadas ao envelhecimento e a avarias nos equipamentos mecânicos e veículos recebidos da CML? (p. 83) Confirma-se que o desgaste da frota transferida e a sua elevada taxa de inoperacionalidade são um constrangimento com reflexo na prestação do serviço de limpeza pública prestado pelas Juntas? (p. 91) -----

----- E poderíamos continuar a comentar outras situações particulares (p. 92 e 93), como o não alinhamento de estratégias, o ‘outsourcing’ em vez da internalização de funções, o desenquadramento dos regulamentos do espaço público em que a governação é partilhada, a ausência de regulamentos globais e critérios de uniformização na ação (p. 100), cadastros parcialmente desatualizados (p. 101), a indevida dotação de meios humanos e técnicos, o não reforço de equipamentos para o ambiente urbano e gestão da limpeza (p. 117), a não clarificação de competências na área do arvoredo de alinhamento ou em caldeira e análise da sua fitossanidade, o estabelecimento de regulamentos conjuntos para áreas em que a governação é partilhada (p. 118), nos equipamentos desportivos, eventuais desentendimento entre as Juntas e a CML quanto às responsabilidades na sua manutenção e, no caso das piscinas, sobre a realização de obras ou investimentos de carácter mais estruturante, subsistindo a questão das tabelas de preços e critérios diferenciados de descontos ou de isenções, tendo em alguns casos as tarifas aumentado de forma relevante (p. 135), ou ainda vários parques infantis em mau estado de conservação, embora a CML se tivesse comprometido, em muitos dos casos, a realizar as intervenções necessárias (p. 145).-----

----- A constatação mais espantosa é, no essencial, como o Grupo enuncia (p. 92), que a sua observação não difere substancialmente da análise desenvolvida há 6 meses atrás. Então, de quem é a responsabilidade para toda esta entropia?-----

----- Após todos estes generalistas considerandos, as questões que “Os Verdes” colocam são: porque só agora se lembra a CML de elaborar instrumentos regulamentares e de estabelecer outras formas de normalização técnica e administrativa a aplicar ao conjunto das instituições autárquicas da cidade? Porque aguardou pelas petições de munícipes e queixas de algumas Juntas para ‘pôr trancas à porta’? -----

----- As possíveis respostas têm “Os Verdes” dado na análise aos anteriores 5 relatórios. Serão a impreparação técnica da CML, que abandonou nos braços das Juntas disparidades várias e inúmeras situações por resolver? Ou as fragilidades na condução de uma reforma que não foi bem ponderada e que vai sendo feita com muita navegação à vista? Ou um vacilante processo de transferência de competências, fruto da precipitação política da CML, o que não tem sido bom conselheiro a nível de planeamento? -----

----- Quanto às panegíricas sùmulas dos relatórios, apesar de assumirem uma atitude francamente apologética sobre o ‘estado da arte’ da reforma em curso, não deixam de desencobrir o véu das fragilidades sentidas ao longo deste processo.-----

----- Em conclusão, todos estes sobressaltos implicaram dúvidas nos cidadãos, que não podem ser medidas e avaliadas sem um inquérito específico aos munícipes. Pergunta-se, finalmente, porque continua o executivo a adiar a autorização para o Grupo proceder à auscultação dos munícipes (p. 16)? Porque não é esta monitorização preparada por uma equipa multidisciplinar, mas independente? São opções do executivo para as quais, desde o início do processo, “Os Verdes” nunca encontraram uma resposta coerente e satisfatória. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Aprecia-se, hoje, o 6º Relatório de Monitorização da Reforma Administrativa da cidade de Lisboa.-----

----- O PCP mantém a sua posição no que a esta reforma diz respeito em geral e, muito particularmente, a estes relatórios de monitorização. Sempre manifestámos as nossas reservas a relatórios que são desenvolvidos por quem implementou e idealizou a reforma. Em nosso entender falta-nos um balanço isento e independente da reforma. -

----- Continuamos a verificar que se nota uma grande discrepância em diferentes áreas da cidade, discrepâncias, essas, que se verificam nos equipamentos desportivos (por exemplo, nas piscinas) ou em espaços verdes onde a CML tem recusado o apoio às Juntas de Freguesia no retirar das palmeiras que se encontram doentes, por alegar que se trata de uma competência agora das Juntas de Freguesia. -----

----- Para além disso, são evidentes os problemas que se mantêm há 2 anos com dificuldades de acesso às plataformas informáticas entre as Juntas e a Câmara, bem como a falta de trabalhadores nas Juntas para dar resposta a determinadas áreas de competências, assim como os espaços físicos inadequados nalgumas freguesias. -----

----- Estas são algumas das questões que importa referir e que precisam de ser resolvidas. É urgente que se corrijam as entropias e as insuficiências. -----

----- Por último, mas não menos importante, questionamos a CML acerca da grande urgência de se ouvirem os munícipes. Passados dois anos, porque é que ainda não foram ouvidos? Não houve tempo? Ou não houve vontade?-----

----- No fundo são precisos mais dados qualitativos e quantitativos, sendo urgente que os munícipes sejam ouvidos. -----

----- Portanto, em sede de Câmara, o PCP votou contra este relatório. Não tivemos oportunidade de estar presentes na Comissão em que o parecer foi aprovado, infelizmente. No entanto, eu gostaria de dizer que em relação às recomendações que as Comissões, 1ª e 5ª CP, apresentam a esta Assembleia, nós estamos de acordo, realmente, com estas recomendações e iremos votá-las, aliás, favoravelmente, porque nos parece que se tratam de facto, de questões importantes para as freguesias e que aliás são um bocado, a prova de que nem tudo vai bem, no reino da reforma administrativa.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Vice-presidente da Câmara, Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Deputado relator Magalhães Pereira, ao Senhor Deputado Sobreda Antunes e à Senhora Deputada Ana Páscoa. -----

----- Responder, em primeiro lugar, algumas das questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes e pela Senhora Deputada Ana Páscoa para depois, convergir nas conclusões do Senhor Deputado Magalhães Pereira.-----

----- Dizer, em primeiro lugar, que é preciso, nós por vezes, nestas discussões, temos que visitar um bocadinho o que é que é a reforma administrativa. A reforma administrativa é, talvez, a reforma mais ambiciosa que existiu do ponto de vista da administração pública, nos últimos vinte anos, em que, na prática, nós transferimos um rol de competências, muitas delas já eram assumidas pelas Juntas de Freguesia, com enorme maturidade e capacidade, como competências delegadas, e que outras foram assumidas pela primeira vez.-----

----- As Juntas de Freguesia receberam um montante muito significativo de despesas para assunção dessas competências, entretanto, valores que foram revistos e, portanto, houve já capacidade de inclusivamente, nos afirmarmos em termos nacionais, permitindo uma alteração legislativa para corrigir o valor desta mesma reforma, mas para dizer que as Juntas de Freguesia de Lisboa assumiram, aqui, uma empreitada altamente complexa, onde muitas delas multiplicaram as suas equipas por cinco, multiplicaram, também, os seus orçamentos por cinco, e portanto, obviamente que seria um absurdo nós não assumirmos com naturalidade que uma reforma destas, ao fim de dois anos e tal, teria sempre custos de adaptação, custos de integração, e obviamente, custos naquilo que é a capacidade que cada Junta de Freguesia tem de assumir a plenitude das competências. E é natural que existam Juntas de Freguesia que se mostram mais capazes de assumir competências de uma determinada natureza, e outras Juntas de Freguesia se sintam mais capazes de assumir outro tipo de competências.-----

----- O surpreendente desta reforma é o seu sucesso por mais que nós tentemos dizer o seu contrário, o surpreendente desta reforma é a capacidade de a maioria da generalidade das Juntas de Freguesia não só estarem à altura das competências que têm, como se sentirem capazes e motivadas para irem buscar mais competências. E diga-se de passagem, também em jeito de brincadeira, Juntas de Freguesia de todas as forças políticas com capacidade, confiança e autonomia. E portanto, esse é que é o surpreendente, de tal ordem que Lisboa, hoje, serve de inspiração para aquilo que é a correção de outras reformas administrativas que foram feitas sem tanta eficácia do ponto de vista daquilo que é percecionado como o sucesso por parte da população.-----

----- E de tal ordem nós acreditamos naquilo que estamos a dizer, na adaptação e na capacidade, nós temos casos de sucesso de variadíssimas, natureza. As Juntas de Freguesia gerem, sem qualquer disrupção, equipas de trabalhos na área da higiene urbana, gerem equipamentos culturais, têm a capacidade de gerirem equipamentos



desportivos, e sem qualquer interrupção sob a forma como a Câmara geria e, muitas vezes, vamos assumir, com mais capacidade, e com mais qualidade, naquilo que é o serviço público que se presta à população. E nós temos que o assumir como tal, porque este é o cerne da reforma administrativa. -----

----- É difícil de encontrar a capacidade de uma Câmara Municipal reconheça que, talvez, seja melhor transferir competências e recursos para Juntas de Freguesia porque entende que muito provavelmente sejam geridos de forma muito melhor, serão geridos de forma mais próxima, responderão às necessidades da população e, a verdade, é que o temos de fazer. -----

----- Quando eu olho para estes relatórios que a Comissão apresenta, e com as recomendações no qual, devo dizer, que as aceito todas, e me revejo nas recomendações que a Comissão apresenta porque entendo, efetivamente, que elas correspondem a debilidades que necessitam de ser corrigidas, ou a fatores que precisam de ser melhorados, e portanto a Câmara entende, obviamente, como tal, e aceita perfeitamente as recomendações, mas há muitas matérias que aqui é muito importante que se refira, que a reforma administrativa teve um método, teve um processo, e esse processo implicou que nós, obviamente, no que diz respeito à avaliação da forma como as Juntas de Freguesia assumem as suas competências, que é absolutamente natural que, depois de um período de observação significativa, que se proceda de forma madura à avaliação da necessidade, ou não, de regulamentação. É por isso que existe a Assembleia Municipal, é por isso que existem as reflexões de parte de cada uma das Juntas de Freguesia e, também, da parte da Câmara Municipal, e esse é um aspeto que eu acho bastante positivo e deve ser colocado no momento certo. Efetivamente, o momento começa a ser, agora, e o relatório também refere isso, depois de uma passagem de competências, da passagem de recursos, da passagem de equipamentos, da necessidade de avaliação se os recursos financeiros eram adequados, da necessidade da correção da lei, da correção do estatuto dos eleitos locais para melhorar as condições de trabalho, começa a ser natural, agora, que a cidade num todo e as Juntas de Freguesia também, percecionem formas de melhorar a qualidade do serviço e, também, todas elas tenham a opinião sobre qual é a regulamentação que faz sentido e de que forma a regulamentação deve ser feita. Este é o momento adequado, não é outro, porque este é o momento em que nós percebemos os erros que cada um comete e percebe as falhas que existem no sistema. Este é o momento adequado. -----

----- Por outro lado, do ponto de vista daquilo que é o grupo de trabalho que monitoriza a reforma administrativa, também, nos pareceu, desde o início, muito claro que havia um método de trabalho subjacente àquilo que era observação da reforma. E é, agora, também, o momento de nomeadamente, de ouvir a população. E, por isso, também acolhemos com muito bom agrado, digamos assim, as questões colocadas pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes e pela Senhora Deputada Ana Páscoa no que diz respeito, e não há qualquer impedimento por parte da Câmara, para que o grupo de trabalho proceda, agora, nesta fase, a essa auscultação.-----

----- Dizer que a Câmara está de tal forma, comprometida com esta reforma que, e está comprometida com algumas das questões que aqui refere, que vamos tentar, já nos protocolos de delegação de competências, nos contratos de delegação de competências, que vão ser aprovados, amanhã, em reunião de câmara, se tudo correr bem, e que virão cá, à Assembleia Municipal, já ter presente esse tal modelo único. Pelo menos, é uma tentativa de ir ao encontro dessa perspectiva, em que nós identificamos um contrato de delegação de competências por freguesia, com várias secções, com várias áreas, consoante aquilo que é, no fundo, as áreas de responsabilidade da Câmara Municipal. É esse o nosso compromisso, de ir ao encontro, e recolhendo, sempre, de forma positiva, todas as sugestões e contribuições que a Assembleia Municipal, cada um dos Senhores Deputados, tem para dar para esta reforma administrativa. -----

----- Portanto, uma vez mais, agradecer o trabalho da Assembleia Municipal e, do lado da Câmara Municipal, renovar esse nosso compromisso de fazer da reforma administrativa de Lisboa um enorme sucesso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Estamos em condições de pôr à vossa consideração a Proposta nº 273/CM/2016, aliás, não necessariamente, a proposta, eu penso que nós, em relatórios anteriores não aprovámos a proposta uma vez que a proposta, apenas, diz ‘enviar o relatório para a Assembleia Municipal’, não aprovou, a Câmara não aprova estes relatórios, estes relatórios são factuais, não são aprovados, e portanto nós apenas apreciamos, aqui, o relatório. O que temos, isso sim, é uma recomendação elaborada pelos relatores da 1ª e 5ª Comissões, com base nas recomendações do parecer, e isso é que temos de pôr à votação. Portanto, o relatório está apreciado, não há nenhum voto sobre o relatório, o relatório é uma prestação de contas não os temos votado, anteriormente, o que vamos votar, isso sim, é a **Recomendação nº 1/115** que tem a ver com a proposta do parecer da Comissão. E, portanto, eu vou pedir aos Senhores Deputados que tenham presente o que vamos pôr à votação a **Recomendação nº 1/115** ela retoma as conclusões do parecer que, aliás, foi aprovado por unanimidade, e apresenta um conjunto de nove recomendações à Câmara que, eventualmente, o Senhor Deputado Magalhães Pereira teve ocasião de, aqui, explicitar.-----

----- Vou pôr à votação a **Recomendação nº 1/115**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6IND. A **Recomendação nº 1/115** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Bom trabalho da Comissão, muito obrigada e, naturalmente, o relatório fica disponível no *site* da Assembleia para quem o quiser ver e comparar com os anteriores.-----

----- Vamos prosseguir, agradecendo, também, à equipa que fez o relatório, e ao Professor João Seixas que está a assistir à nossa sessão.-----

----- Vamos prosseguir, temos um último ponto na nossa ordem de trabalhos que é uma apreciação conjunta de seis delegações de competências.-----

----- Pergunto se a Câmara quer fazer a apresentação? -----  
----- Os Senhores Deputados relatores fizeram pareceres separados. -----  
----- O Senhor Vereador Jorge Máximo quer fazer a apresentação. Tem a palavra, faça favor.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DAS RESPECTIVAS PROPOSTAS E DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DO ARTIGO 116º DO REGIME JURÍDICO DAS DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, AMBOS PUBLICADOS EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; 2XGRELHA-BASE 68 MINUTOS;** -----

----- **5.1 – PROPOSTA Nº 311/CM/2016 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE BELÉM;** -----

----- (A Proposta nº 311/CM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XXV e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, sobre a Proposta nº 311/CM/2016, fica anexado à presente Ata como Anexo XXVI e dela faz parte integrante). -----

----- **5.2 – PROPOSTA Nº 312/CM/2016 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE BENFICA;** -----

----- (A Proposta nº 312/CM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XXVII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, sobre a Proposta nº 312/CM/2016, fica anexado à presente Ata como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante). -----

----- **5.3 – PROPOSTA Nº 313/CM/2016 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE MARVILA;** -----

----- (A Proposta nº 313/CM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XXIX e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, sobre a Proposta nº 313/CM/2016, fica anexado à presente Ata como Anexo XXX e dela faz parte integrante). -----

----- **5.4 – PROPOSTA Nº 314/CM/2016 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE;** -----

----- (A Proposta nº 314/CM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XXXI e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras

Municipais, sobre a Proposta nº 314/CM/2016, fica anexado à presente Ata como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante). -----

----- **5.5 – PROPOSTA Nº 315/CM/2016 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES;**-----

----- (A Proposta nº 315/CM/2016 fica anexada à presente Ata como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, sobre a Proposta nº 315/CM/2016, fica anexado à presente Ata como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **5.6 – PROPOSTA Nº 316/CM/2016 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SANTA CLARA;**-----

----- (A Proposta nº 316/CM/2016 fica anexada à presente Ata como **Anexo XXXV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, sobre a Proposta nº 316/CM/2016, fica anexado à presente Ata como **Anexo XXXVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 11/115 (1ª e 5ª CP)**, sobre as propostas de delegação de competências 311/CM/2016, 312/CM/2016, 313/CM/2016, 314/CM/2016, 315/CM/2016 e 316/CM/2016, fica anexada à presente Ata como **Anexo XXXVII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Cumprimento todos os meus colegas e Deputados Municipais e, muito rapidamente, só para justificar e apresentar estes contratos de delegação de competências, eles são vários e apesar de cada um ter a sua especificidade, há em todos eles um vetor comum que me parece importante destacar, que tem a ver com a construção em várias piscinas municipais de um equipamento, de uma instalação que, atualmente, não existe, e que é de todo pertinente implementar, conforme recomendação exposta no Conselho Municipal de Desporto, e que tem a ver com uma casa de banho que permite aos pais de crianças de sexo diferente do seu género poderem ter a sua reserva de intimidade e poderem ter instalação própria para os seus filhos.-----

----- Temos tido a identificação de que muitos pais recusam frequentar os equipamentos municipais por não terem esta instalação e portanto, vamos fazê-las nos vários equipamentos municipais na cidade.-----

----- Nas várias piscinas que têm projetos comuns são iguais e, portanto, o projeto é igual.-----

----- Depois há outras benfeitorias que estão a ser implementadas nestes equipamentos e que tem a ver com situações problemáticas nestes vários equipamentos municipais e que, em consenso com várias Juntas de Freguesia, se resolveu no âmbito das

responsabilidades que estão afetas ao município, de responsabilidades de desenvolvimento e melhorias de caráter estrutural, estruturante em equipamentos municipais que estão nas Juntas de Freguesia. -----

----- Basicamente, é isto que queria transmitir e naturalmente, se tiverem necessidade de algum detalhe mais específicos, estou aqui para esclarecer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, e na qualidade de relator do parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões Permanentes, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Também sem embargo do que diz o Senhor Vereador Jorge Máximo, corresponde aos factos, e fez de facto, uma caracterização de cada uma destas delegações de competências que são relevantes porque têm a ver com equipamentos muito importantes, como a piscina, e alguns campos de jogos também, muito relevantes. E passo a ler, Senhora Presidente: -----

----- Tendo presentes os pareceres conjuntos sobre as Propostas 311/CM/2016, 312/CM/2016, 313/CM/2016, 314/CM/2016, 315/CM/2016 e 316/CM/2016, relativas à delegação de competências, respetivamente, nas seguintes freguesias: Belém, Benfica, Marvila, Campo de Ourique, Parque das Nações e Santa Clara, aprovados por unanimidade na reunião conjunta da 1ª e 5ª Comissões Permanentes realizada em 18 de julho de 2016, os quais concluem ser “de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos, assim como o facto de terem merecido a aprovação unânime das diferentes forças políticas representadas em sede de reunião de Câmara”, a 1ª e 5ª Comissões Permanentes propõem ao plenário da Assembleia Municipal que aprove as seguintes recomendações à Câmara: -----

----- a) Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa a remessa à Assembleia Municipal dos relatórios de progresso previstos nos respetivos Contratos Interadministrativos;-----

----- b) Recomenda-se ainda o incremento do número e âmbito destes Contratos Interadministrativos para a execução de obras e de outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias de Lisboa.-----

----- c) No caso concreto da Proposta 311/CM/2016, relativa à Junta de Freguesia de Belém, recomenda-se que a Câmara preste todo o apoio técnico e administrativo, para que o período de eventual encerramento do equipamento, decorrente dos trabalhos na cobertura da Piscina Municipal do Restelo e outros como se verificarem necessários ou consequentes, seja o mais breve possível. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- A Mesa não regista nenhuns pedidos de palavra sobre estas propostas, sendo assim, vamos passar à votação de cada uma delas, individualmente e, depois, no fim, a votação da recomendação.-----

----- A primeira é a **Proposta nº 311/CM/2016**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 311/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Proposta nº 312/CM/2016**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 312/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Proposta nº 313/CM/2016**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 313/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Proposta nº 314/CM/2016**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 314/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Proposta nº 315/CM/2016**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 315/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Proposta nº 316/CM/2016**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 316/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Recomendação nº 11/115**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 11/115** foi aprovada por unanimidade.-----

----- Senhores Deputados, antes de encerrar os trabalhos, dar-vos, aqui, algumas indicações.-----

----- Nós temos uma série de propostas que as Comissões têm estado a fechar, portanto, vamos ter uma agenda muito intensa na próxima semana.-----

----- Há um grupo de trabalho que eu mandei pedir ao DAOSM que está a fazer uma verificação das vinte e quatro propostas de delegação de competências que a Câmara irá aprovar, apenas, amanhã, mas que nós já recebemos, aqui, a semana passada, a versão preliminar, e estão a ser verificadas, em termos de conformidade, técnico-jurídica para aliviar o trabalho dos relatores para não terem que ser eles a fazer em verificação de conformidade.-----

----- Penso que a equipa está a terminar o seu trabalho, amanhã veremos o que é que acontece em Câmara, se as propostas são todas aprovadas, e se assim for, a Mesa agendará esse pacote de delegações de competências para a próxima terça-feira, e que são vinte e quatro propostas.-----

----- Temos o regulamento dos horários que, também, está pronto, só não agendei hoje, pois a 2ª Comissão apresentou as suas propostas sob a forma de recomendação e elas têm de ser convertidas em alterações de especialidade. A Mesa fará essa conversão para se poderem pôr à votação, e será agendado.-----

----- Temos duas petições, e o meu gabinete está a fazer diligências para saber se os peticionários dessas duas petições que, também estão prontas, estão em Lisboa e se estão disponíveis para virem cá, se assim for, nós marcamos o início dos nossos trabalhos para as catorze horas e trinta minutos, com a intervenção do público e as

petições logo no início e ficamos, depois, a fazer o resto do trabalho. Se algum dos peticionários não vier, eu ajusto o horário e começará normalmente, às três da tarde. Isto fica dependente de saber se estão disponíveis para virem, e para ganharmos um pouco mais de tempo. -----

----- Ainda há mais algumas coisas que temos pendentes, o objetivo é procurar tudo aquilo que esteja pronto em termos de comissões, e agendar. E portanto, eu peço que para a próxima semana, venham preparados psicologicamente, para uma sessão intensa para, depois, podermos partir para férias com a missão cumprida. -----

----- Muito obrigada pela vossa colaboração. -----

----- Falta-me só dizer que me esqueci há pouco, ou não tinha qui, os números, proclamar o resultado da votação nominal que fizemos das alterações do Regimento, e foi o seguinte: -----

----- Votos a favor – 60 Senhores Deputados Municipais;-----

----- Abstenção – 6 Senhores Deputados; -----

----- Ausentes – 9 Senhores Deputados. Um total de 75 conferido e está correto. -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados.” -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e vinte minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----